

LUIZ HAMILTON SCHLICHTING RIBAS

**INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO BRASIL DURANTE A DÉCADA DE
1990: UMA ANÁLISE MACROECONÔMICA**

Monografia apresentada para a obtenção parcial do grau de Bacharel em Ciência Econômicas do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

**CURITIBA
2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIZ HAMILTON SCHLICHTING RIBAS

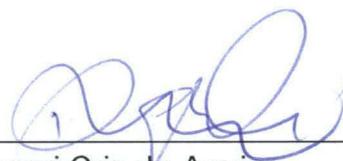
INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO BRASIL DURANTE A DÉCADA DE 1990: UMA ANÁLISE MACROECONÔMICA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

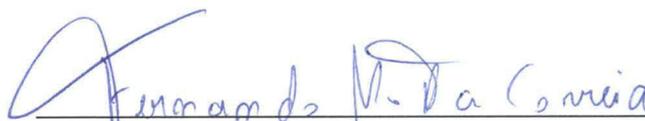
Orientador:



Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Profa. Dra. Dayani Cris de Aquino
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 15 de outubro de 2012

Happiness only real when shared.

Christopher McCandless

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	i
LISTA DE TABELAS	ii
LISTA DE SIGLAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1. INTRODUÇÃO	6
2. DEFINIÇÃO E MOTIVAÇÕES DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO	8
2.1. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO.....	8
2.2. EMPRESA MULTINACIONAL E FILIAL ESTRANGEIRA.....	9
2.3. MOTIVAÇÕES DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO	10
2.3.1. A Decisão da Empresa Multinacional para realizar IDE.....	14
2.3.2. Condições Internas do País Receptor.....	15
3. EVOLUÇÃO DO IDE NO BRASIL ENTRE 1860 E 1990	17
3.1 CRESCIMENTO COM DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL – 1860-1933	17
3.2 INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA – 1933-1955.....	18
3.3 INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA – 1955-1980.....	19
3.4 DÉCADA DE 1980 – DÉCADA PERDIDA	21
4. PANORAMA ECONOMICO NACIONAL NO INÍCIO DOS ANOS 90	24
4.1. PLANO COLLOR.....	24
4.2. PLANO REAL	28
4.3 CONTEXTO ECONÔMICO INTERNACIONAL NA PRIMEIRA METADE DOS 1990.....	32
4.4. CRISES ECONÔMICAS QUE AFETARAM A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1990.....	34
4.4.1. Crise das reservas internacionais do México.....	34
4.4.2. Crise financeira da Ásia.....	35
4.4.3. Moratória da Rússia	36
4.4.4. Desvalorização do real no Brasil.....	38
5. ESTUDO DO IMPACTO DA ENTRADA DE IDE NO PAÍS DURANTE OS ANOS 1990	40
5.1. RESULTADOS DO IDE SOBRE A ECONOMIA NACIONAL	40
6. CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – TRIPÉ <i>OLI</i> DO PARADIGMA ECLÉTICO DE DUNNING.....	15
GRÁFICO 1 – VALORES DO IGP-DI ENTRE 1991-1993.....	25
GRÁFICO 2 – ENTRADA DE IDE NO BRASIL ENTRE 1990 E 1993.....	27
GRÁFICO 3 – VALORES DO IGP-DI ENTRE 1994 E 1996.....	29
GRÁFICO 4 – ENTRADA DE IDE NO BRASIL ENTRE 1994 E 2000.....	31
GRÁFICO 5 – ENTRADA DE IDE NO BRASIL ENTRE 1990 E 2000.....	41
GRÁFICO 6 – PIB DO BRASIL NA DÉCADA DE 1990.....	42
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE IDE NA DÉCADA DE 1990.....	43
FIGURA 1 – ESTOQUE DE IDE POR SETOR, COMPARATIVO ENTRE O VALOR ACUMULADO ATÉ 1995 E O PERÍODO 1996-2000.....	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO DOS 10 PRINCIPAIS SETORES NO TOTAL DE ESTOQUE DE IDE NO BRASIL ENTRE 1950 E 1979.....	20
TABELA 2 – PAÍS DE ORIGEM DOS IDE'S PARA O BRASIL.....	20
TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO FLUXO DE INVESTIMENTO DIRETO TOTAL ENTRE 1976-1992.....	23
TABELA 4 – PAÍS DE ORIGEM DOS IDE'S PARA O BRASIL.....	27
TABELA 5 – DESTINAÇÃO DO INFLUXO IDE ENTRE SETORES ENTRE 1996 E 2000.....	31
TABELA 6 – PAÍS DE ORIGEM DOS IDE'S PARA O BRASIL.....	32

LISTA DE SIGLAS

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

BACEN – Banco Central do Brasil

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EMN – Empresa Multinacional

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development*

EUA – Estados Unidos da América

PIB – Produto Interno Bruto

IGP-DI – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

URP – Unidade de Referência de Preços

OTN – Obrigação do Tesouro Nacional

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar a motivação do Investimento Direto Estrangeiro na economia brasileira na década de 1990, avaliando o seu papel para o desenvolvimento da economia nacional, o volume dos recursos e os setores a que se destinou. Para isto, faz um resgate histórico da entrada de investimentos estrangeiros a partir do séc. XIX, levando em consideração os aspectos políticos e econômicos, internos e externos, que influenciaram sobre o valor recebido. O Plano Real atingiu a regularização da economia, o valor do influxo aumentou consideravelmente, no entanto, a elevação esteve atrelada ao processo de privatizações e fusões e aquisições promovidas neste período.

Palavras-Chave: Investimento Direto Estrangeiro, Brasil.

ABSTRACT

This study aims to analyze the motivation of the Foreign Direct Investment into the Brazilian economy during the nineties, valuating its paper for the development of the national economy, its volume and the sectors that received it. For this, this study makes a historical recovery of the entrance of foreign capital since the nineteenth century, taking into account political and economical facts, domestic and external, which impacted on the flow. The Real Plan achieved the stabilization of the Brazilian economy, the value of the flow rose, but this elevation was closely related to the privatization and the mergers and acquisition processes.

Keywords: Foreign Direct Investment, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil iniciou a década de 1990 em uma situação macroeconômica adversa. A hiperinflação corroía a receita de pessoas físicas e empresas, a cada novo Plano de Recuperação econômica havia mudança no padrão monetário acompanhado por medidas extremas, como o congelamento de preços. Além disto, o país era fechado ao capital estrangeiro, com a prática de subsídios às exportações e alta carga tributária incidente nas importações. Apresentava um valor extremamente baixo na entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), e uma baixa produtividade interna dos fatores. Tudo isto era agravado pelo desgaste político fruto do Calote da Dívida Externa em 1987 e o baixo crescimento econômico da década de 1980, a “década perdida”.

O panorama interno em finais dos anos 1990 era diferente. A inflação fora controlada. O padrão monetário completava seis anos de existência e a população desfrutava de um poder de compra estável. O país havia se tornado aberto ao capital estrangeiro, com ampliação das importações em detrimento às exportações. O valor do IDE se expandiu, de forma que o país passou a ocupar papel de destaque no cenário internacional. A produtividade dos fatores cresceu continuamente de maneira elevada durante toda a década.

Avaliando os dois contextos opostos, naturalmente, surgem algumas perguntas: porque em finais de 1980 o país se encontrava em uma situação econômica adversa? Qual foi a política econômica seguida pelo país na década de 1990 para que a situação mudasse? Quais foram as medidas adotadas para que houvesse abertura do país ao capital estrangeiro? E qual foi o papel do contexto vigente na economia internacional para que a situação brasileira mudasse?

Visando responder a estas e outras questões, este trabalho tem como objetivo analisar os acontecimentos que motivaram tal mudança de panorama na economia brasileira, levando em consideração o contexto externo.

O objeto de análise é a motivação do IDE e sua inserção na economia brasileira nos anos da década de 1990. Para isto, é feita uma revisão histórica da entrada de IDE's no Brasil, além da apresentação em detalhes da situação política e econômica em finais dos anos 1980 e início da década de 1990. Desta forma, será avaliado em que medida cada acontecimento, político e econômico, impactou sobre o influxo de IDE para o Brasil.

O trabalho está dividido em 6 capítulos, com esta introdução. O capítulo 2 apresenta o referencial teórico que define o que é IDE e as teorias que explicam a motivação para que uma empresa multinacional invista em outro país que não o seu, bem como as políticas que um país deve praticar para se tornar destino do capital estrangeiro.

O capítulo 3 faz um resgate do histórico da entrada de IDE no Brasil a partir da segunda metade do séc. XIX, apontando o papel do IDE no desenvolvimento da economia brasileira, o tamanho do influxo, os principais países investidores, a que setores se destinaram os investimentos e o sentido de sua evolução.

O capítulo 4 traz uma análise da década de 1990, período foco abordado no trabalho. Inclui a apresentação dos planos econômicos implementados durante o período, descrevendo a situação macroeconômica do país no início da década, as principais medidas adotadas e o papel do contexto vigente no exterior sobre a evolução do IDE destinado ao Brasil. E ainda, aborda as motivações das crises econômicas internacionais e nacional ocorridas no período, e seus impactos sobre a economia brasileira e no influxo de capitais estrangeiros. Serão apresentados dados de indicadores macroeconômicos chave como: inflação, dívida pública e a entrada IDE, obtidos junto a instituições como o Ministério da Fazenda, FGV, BACEN, DIEESE e IPEA.

O capítulo 5 faz a síntese do conteúdo apresentado nos capítulos anteriores, avaliando a importância dos acontecimentos do período sobre o influxo de IDE para a economia brasileira e o destino desses investimentos internamente. O capítulo 6, por fim, apresenta as conclusões deste trabalho.

2. DEFINIÇÃO E MOTIVAÇÕES DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

2.1. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Quando se pensa em IDE, imagina-se a simples inversão de capitais financeiros entre dois países quaisquer. Na prática, no entanto, existe uma classificação que possibilita separar o IDE entre duas formas distintas, de acordo com sua finalidade e prazo. São os investimentos de carteira e os de caráter duradouro.

Os investimentos de carteira são representados pelos investimentos de portfólio, abarcando investimentos de curto prazo que buscam lucros rápidos e não geram estrutura produtiva para o país receptor. São representantes desta categoria as transferências de recursos e bens, de moeda e as conversões externas em IDE, incluindo os valores destinados aos programas de privatização, relacionados com a aquisição/aumento de capital, total ou parcial, de empresas residentes; e empréstimos intercompanhias, que compreendam os créditos concedidos pelas matrizes, sediadas no exterior, às suas subsidiárias ou filiais estabelecidas no país.

Consideram-se investimentos em carteira aqueles que representam menos de 10% das ações ordinárias de direito a voto de uma empresa de capital aberto, ou o equivalente para uma empresa de capital fechado (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012). Os investimentos de carteira permanecem no país o prazo necessário para alcançar o lucro desejado. Diversos países estabelecem medidas para diminuir IDE's de carteira, visando se proteger do efeito econômico negativo destes capitais.

Por outro lado, existe uma categoria de IDE que representa exatamente o oposto do investimento direto de carteira descrito anteriormente, caracterizada pelos "fluxos internacionais de capitais pelos quais uma firma de determinado país cria ou expande uma filial sua em outro" (KRUGMAN; OBSTFELD, 2007, p. 126), de maneira que o investidor detenha 10% ou mais das ações ordinárias de direito a voto de uma empresa de capital aberto, ou o equivalente para uma empresa de capital fechado, caracterizando controle entre uma empresa matriz sobre uma subsidiária ou filial. Este tipo de IDE é o que gera matriz produtiva no país receptor, trazendo receita ao governo, emprego e renda para a população do país receptor, etc. e com isso, crescimento econômico. No entanto, necessita de um período de

maturação antes de gerar lucros ao investidor, e dependendo do tipo de investimento, pode levar muitos anos. Por isso, percebe-se maior tendência de investidores em realizar investimentos de portfólio.

No Brasil, o IDE é proveniente da importação de bens, maquinário e equipamentos para o país em negociações que não geram gasto para aquisição, ou pela aplicação de recursos financeiros e monetários em atividades econômicas. Nestes casos, os recursos devem pertencer a pessoas físicas ou jurídicas naturais, domiciliadas ou com matriz fora do Brasil (UNCTAD, 2004a).

Reinvestimento é definido pelos retornos produzidos por empresas do país, com responsabilidade jurídica pertencente a outro país, que são reutilizados nas empresas que o produziram ou em outro setor da economia. Um exemplo é o investimento do lucro na atividade da própria empresa ou em outra. Mediante duas condições, que o recurso não seja utilizado em atividades consideradas especulativas, como transações de câmbio; e que fique provado que o reinvestimento permita à empresa beneficiária o desenvolvimento de nova tecnologia ou aumento de capital para investimento (UNCTAD, 2004a).

2.2. EMPRESA MULTINACIONAL E FILIAL ESTRANGEIRA

A UNCTAD (2004c) define a EMN como uma empresa ou série de empresas, que são independentes ou fazem parte de um grupo, e que possuem afiliadas ou decidem investir em iniciativas situadas em outras economias que não a sua, de maneira que controlem ativos ou possuam certa quantidade de ações, pelo menos 10%, possibilitando participar de decisões estratégicas da diretoria da empresa estabelecida em outra economia.

A filial estrangeira é caracterizada por uma empresa independente ou incorporada, em que um investidor, residente de outro país, possui um interesse na gestão – com uma quantidade de pelo menos 10% para empresas incorporadas ou o equivalente para empresas independentes.

2.3. MOTIVAÇÕES DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Em se tratando da literatura que busca explicar a realização de IDE, existe uma vasta série de trabalhos, principalmente a partir do séc. XVII, onde teve-se a produção de uma grande quantidade de papéis sobre o assunto.

No século XVIII, Adam Smith teorizou que cada país deveria se concentrar na produção do bem em que possuísse “Vantagem Absoluta”, isto é, naquele em que apresentasse maior produtividade em relação aos demais, comercializando o excedente de produção com o exterior no sentido de obter os outros itens demandados por seus habitantes (SALVATORE, 2000, p. 19).

No século seguinte, com a Teoria das “Vantagens Comparativas”, David Ricardo mostrou que o comércio pode ser benéfico para todos os países envolvidos. Para isto, trouxe o exemplo de um mundo hipotético com duas nações, dois fatores de produção e nível de preços iguais, dizendo que, mesmo se uma das nações apresentasse Vantagem Absoluta na produção dos dois bens, se cada país produzisse o item em que é mais eficiente e comercializasse o excedente de produção, ambos poderiam adquirir os itens em que são menos produtivos, assim as duas nações sairiam ganhando. As principais críticas que recaem sobre a Teoria de Ricardo repousam em que não leva em conta o desenvolvimento tecnológico de cada nação, assim como os ganhos de escala de produção, variações nos preços dos fatores de produção, tributos, etc, por tudo isto longe, caracterizando um panorama longe do encontrado no mundo real (SALVATORE, 2000, p. 20-23).

O Modelo de *Hecksher-Ohlin* é o primeiro trabalho que viria a tratar da efetivação do IDE entre países. Este modelo traz uma continuação à abordagem ricardiana. O comércio é realizado por duas nações que possuem dois fatores de produção, neste ponto semelhante a Ricardo, porém com a produção de dois bens homogêneos entre si. O Modelo assume que existe diferença na tecnologia utilizada na produção dos bens nas duas nações. Com isto, “uma nação exportará a *commodity* cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente abundante e barato e importará a *commodity* cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente escasso e caro” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2007, p. 49-66). Ou seja, uma nação mão de obra abundante exportará a *commodity* intensiva em mão de obra e importará a *commodity* intensiva em capital, e com isto, os dois países sairiam ganhando, pois ambos poderiam produzir mais. Desta forma,

a diferença nos preços relativos dos preços dos fatores de produção e dos produtos finais seria explicada pela “dotação de fatores” de cada nação. Considerando que um país é abundante em capital sendo que, no entanto, possui escassez de terras para plantio, este país exportará bens abundantes em capital e importará bens advindos da terra. Esta abordagem explica então, as Vantagens Comparativas ao invés de simplesmente aceitá-las. Apesar de trazer uma ampliação da teoria ricardiana, o Modelo H-O não leva em conta os ganhos de escala de produção, tributos, taxa de câmbio, etc, e, portanto, também utiliza um panorama longe da situação encontrada no mundo real.

Em 1966, Raymond Vernon, através de um estudo próprio criou uma teoria para explicar o avanço do investimento norte americano em algumas companhias da Europa Ocidental após o final da Segunda Guerra Mundial. Esta teoria viria a complementar o Modelo H-O. A “Teoria do Ciclo do Produto” introduz quatro estágios: produto novo, crescimento, maturidade e declínio:

“No estágio I, ou fase de novo produto, o produto é produzido e consumido apenas no país inovador. No estágio II, ou fase crescimento do produto, a produção é aperfeiçoada no país inovador e cresce rapidamente para adequar-se à crescente demanda interna e externa. Nesse estágio, não existe ainda qualquer fabricação estrangeira do produto, de forma que o país inovador detém o monopólio tanto no mercado interno como no de exportação. No estágio III, ou fase de maturidade do produto, o produto se torna padronizado e a empresa inovadora pode considerar rentável licenciar outras empresas domésticas e estrangeiras para também fabricarem o produto. Assim, o país imitador começa a produzir o produto para consumo interno, diante de mão-de-obra e custos mais baratos, agora que o produto tornou-se padronizado e já não requer qualificação para desenvolvimento e engenharia, começa a vender mais barato que o país inovador para terceiros mercados, e a produção do produto no país inovador decresce. A concorrência das marcas cede lugar para a concorrência dos preços. Finalmente, no estágio V, o país imitador começa a vender mais barato do que o país inovador também no próprio mercado daquele país, e a produção do produto no país inovador se reduz rapidamente ou então entra em colapso. Os estágios IV e V são freqüentemente denominados estágios de declínio do produto” (SALVATORE, 2000, p. 99-101);

Nesta teoria, o IDE acontece no estágio III, de maturidade. São diversos os exemplos de produtos que atravessaram este ciclo durante o Séc. XX: rádios, lâminas de barbear, televisores, etc (DENISIA, 2010).

Partindo para uma teoria que leva em conta o pensamento Marxista, temos a do “Sistema-Mundo”, que possui o Capitalismo moderno como sua unidade de análise e seu poder de expansão e capacidade de criar e manter monopólios. O capitalismo teria surgido no Sistema de Estado Europeu no Séc. XVI, apesar de Immanuel Wallerstein, criador da teoria, preferir não datar seu início. A análise da unidade incorpora a evolução do sistema social em relação ao desenvolvimento do capitalismo. No centro, está o continente europeu, onde se tem monopólios operando com taxas de lucro extremamente elevadas. Com o desenrolar dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, esta estrutura se fortificou, os monopólios adquiriram grande poder e influência, caracterizando um centro de interesse que se impôs internacionalmente no sentido de perpetuar sua existência, isto independentemente das condições de mercado vigentes. Para se perpetuar, os monopólios dos países centrais se expandiram em “periferia” e “semiperiferia”, formada por países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, objetivando se manterem lucrativos. Com o enraizamento das EMN nestes países, submetendo-os aos seus interesses, o sistema encontrou forma de se fortalecer “até que no final do Séc. XIX, incorporou o mundo todo” (WALLERSTEIN, p. 229).

Os trabalhos da Tradição HKC, que com esse nome faz menção aos autores cujos trabalhos contribuíram para sua formação, a citar: Hymer, Kindleberguer e Caves. Estes trabalhos trazem uma abordagem mais ampla do IDE, levando em conta aspectos dos trabalhos citados anteriormente e também diversos aspectos encontrados no mundo real.

Hymer dizia:

“Se as EMNs conseguem competir com empresas locais, que tem maior conhecimento do mercado e do ambiente local, é porque apresentam alguma vantagem compensatória. Essas podem ser: concorrência imperfeita dada por diferenciação de produto, por exemplo; concorrência imperfeita no mercado de fatores, representada, por exemplo, pelo acesso a conhecimento patentado ou próprio, discriminação no acesso a capital ou a diferenças de capacitação; economias de escala internas ou externas, inclusive as dadas por integração vertical; intervenção governamental, como restrições às

importações. Ocorrendo essas vantagens, a EMN irá preferir atender ao mercado externo por meio de investimentos diretos ao invés de exportações. Analogamente, não irá licenciar a produção para empresas locais quando estas estiverem incertas com relação ao valor da licença ou quando os custos de transferência do conhecimento para o detentor (direitos de propriedade) forem elevados (NONNENBERG; MENDONCA, p. 632)”;

Kindleberguer modifica ligeiramente a análise de Hymer. Ao invés da conduta da EMN determinar a estrutura de um mercado, é a estrutura – concorrência monopolística – que vai determinar a conduta da empresa que irá internacionalizar sua produção (NONNENBERG; MENDONCA, p. 632);

Caves “desenvolve argumento semelhante ao de Kindleberguer, em que a estrutura ditará a conduta. Para ele, os IDE’s aconteceriam basicamente em setores dominados por oligopólios. Quando houver diferenciação de produtos, poderão ocorrer investimentos horizontais, isto é, no mesmo setor. Quando não houver diferenciação de produtos, haverá investimentos verticais, isto é, em setores para trás na cadeia produtiva da empresa. A existência de IDE ainda se relaciona com barreiras ao comércio ou então para evitar incertezas de fornecimento ou como forma de levantar barreiras a novas firmas no mercado externo” (NONNENBERG; MENDONCA, p. 632).

A Tradição HKC foi importante para o desenvolvimento de outro trabalho, o Paradigma Eclético de Dunning. Isto porque na formação e aperfeiçoamento de seu Paradigma Eclético, John Dunning utilizou a Tradição HKC como base, trazendo uma teoria simplificada e ainda mais abrangente para as motivações da realização do IDE. Dunning desenvolveu o Tripé de Vantagens OLI (*Ownership, Localization e Internal advantages*), que apresenta as vantagens, delineando as motivações de uma EMN em realizar IDE. O trabalho é mais completo na medida em que explica também as condições internas de um país para que se torne receptor destes investimentos.

Neste trabalho, utilizou-se abordagem Eclética de Dunning por este autor ter feito a síntese de outras teorias e as ter utilizado na construção da sua. E ainda por estar frequentemente lançando papéis no sentido de atualizar e aperfeiçoar seu Paradigma. Com isso, as duas próximas subseções se ocupam em apresentar as

motivações da EMN em investir em outras economias que não a sua, e as condições internas de um país para que se torne destino de volumes cada vez maiores de IDE.

2.3.1. A Decisão da Empresa Multinacional para realizar IDE

De acordo com Dunning (DUNNING, 2001), ao investir em uma economia que não a sua, a EMN estaria em busca de três tipos de vantagens. Este tripé seria composto pelas Vantagens de Propriedade (*Ownership Advantages*), de Localização (*Locational Advantages*) e de Internalização (*Internal Advantages*). De forma que existe uma relação positiva entre o tamanho das pernas do Tripé OLI (*Ownership, Locational, Internal*) e sua motivação em realizar o IDE.

As Vantagens de Propriedade dizem respeito àquelas que derivam de fatores intangíveis de propriedade da própria EMN, e caracterizam vantagens em relação às empresas nacionais. As marcas que possui sua tradição no mercado mundial e o poder de atração de seu marketing na população do país que deseja adentrar, as suas patentes e a diferenciação dos produtos, isto é, aquilo que pode ser produzido apenas por ela ou então por outras empresas desde que paguem o valor estipulado pela EMN; e sua tecnologia de produção – o *know-how*, ou seja, quanto sua tecnologia terá de vantagem, em relação ao nível de desenvolvimento tecnológico da economia estrangeira. Para a EMN, quanto maior for esta desigualdade melhor, pois possibilitará auferir lucros maiores.

As Vantagens de Localização são representadas por alguns pontos: nível de proteção da economia estrangeira, distância espacial entre o local de aquisição das matérias primas e de produção de seus produtos, incentivos fiscais do país receptor, concentração de empresas produtoras de bens ou prestadoras de serviços similares, potencial do mercado estrangeiro, qualidade das matérias-primas e o nível de produtividade do trabalho na economia estrangeira. Todos estes, quando acontecem na medida correta, caracterizam menor custo e maior nível de produção para a EMN, incentivando o investimento.

As Vantagens de Internalização são a decisão da EMN em adentrar novos mercados, em paralelo à concessão de benefícios que possibilitem a transferência de suas Vantagens de Propriedade, bem como a redução dos custos de transação, a proteção de seus direitos de propriedade no outro país e a possibilidade de usufruir de acordos comerciais que a economia estrangeira possui com outros

países (MERCOSUL). Em suma, o benefício líquido que a EMN poderá obter no empreendimento caracteriza este grupo de vantagens. Para avaliar a existência das Vantagens de Internalização, é válido um exercício de reflexão por parte da diretoria da EMN, se questionando e pesquisando: a operação naquele país nos trará o retorno desejado? Conseguiremos replicar nossos pontos fortes? E algumas outras. Caso estas reflexões se mostrem potencialmente positivas, maior a caracterização de Vantagens de Internalização.

O Quadro 1 apresenta um resumo do Tripe OLI:

QUADRO 1 - TRIPÉ OLI DO PARADIGMA ECLÉTICO DE DUNNING

TIPO DE VANTAGEM	DIFERENCIAÇÃO	DESCRIÇÃO
Vantagens de Propriedade	Caracterizam vantagens da EMN em relação a empresa nacional	- Marcas - Patentes - Diferenciação de Produtos - Nível tecnológico
Vantagens de Localização	Caracterizadas por vantagens relacionadas a localização da EMN no país receptor	- Nível de Proteção Econômico - Distância entre os locais de Aquisição e Produção - Incentivos Fiscais - Concentração de Empresas Similares - Potencial de Mercado - Nível de Produtividade no País Receptor
Vantagens de Internalização	Caracterizados pela possibilidade da EMN replicar seus fatores de sucesso	- Redução de Custos de Transação - Proteção dos Direitos de Propriedade - Usufruir de acordos comerciais no país receptor

FONTE: DUNNING (1994)

2.3.2. Condições Internas do País Receptor

A relação ideal entre EMN e a economia externa mirada que resulta em investimento, vai além da avaliação por parte da EMN, dos benefícios que poderá obter operando ou investindo em outra economia. Leva em conta também a situação interna, e o rumo das políticas do país que deseja se tornar destino de investimentos.

Sob este olhar, a importância das decisões do país receptor e seu contexto macroeconômico aumentam, isto é, as políticas fiscal, monetária, cambial, nível de protecionismo, produtividade, etc. Estes fatores são o que definirão sua

competitividade em relação a outros países e, teoricamente, o nível de entrada de capitais estrangeiros.

Desta forma, para que se torne atrativo aos olhos das EMN's, é fundamental que o país busque a implementação de políticas com o objetivo de: aumentar a eficiência e controle dos processos de produção – pelo incentivo a troca de informações entre firmas e consequente aumento da produtividade do trabalho e do capital; desenvolver processos, produtos e estruturas inovadoras – incentivando sistemas nacionais de inovação e oferecendo estimativas sobre o risco de capital para firmas que desejam iniciar atividades; aumentar o nível de usabilidade dos recursos, sua capacidade e alocação – partindo das atividades menos para as mais produtivas; capture novos mercados internos – adquirindo conhecimentos sobre mercados externos e as necessidades dos consumidores, através de novas estratégias de marketing e distribuição; e reduzir custos e/ou aumentar a velocidade de ajustes estruturais – minimizando ineficiências burocráticas, através de incentivos fiscais e outros para constituir reestruturação industrial (DUNNING, 1994).

Tanto maior será a velocidade de concretização das políticas citadas, quanto antes o país notar a necessidade de sua aplicação, o que resultará em um maior volume de entrada de IDE, fortalecendo e dando continuidade a esse ciclo virtuoso.

3. EVOLUÇÃO DO IDE NO BRASIL ENTRE 1860 E 1990

Antes de iniciar a apresentação da evolução do IDE no Brasil durante os anos da década de 1990, faz-se necessário um breve exercício de avaliação histórica do influxo de IDE para a economia brasileira. Pois isto possibilitará a contextualização e o entendimento de porque o nível de investimentos externos na economia brasileira se encontrava em um nível peculiar em finais dos anos 1980.

A análise inicia nos anos 1860, período no qual passa a se ter dados mais sólidos da entrada de IDE, indo até o final da década dos anos 1980.

3.1 CRESCIMENTO COM DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL – 1860-1933

O Brasil passou a receber volumes consideráveis de IDE a partir do século XIX. No período de 42 anos, entre 1860 a 1902, o país possuía uma economia de base agroexportadora, sendo o café o principal produto de exportação. Este setor era o que mais captava investimentos do exterior. Um dado que representa este período, é o de que apenas 4% dos investimentos eram revertidos na indústria de transformação, e ainda, mais de 70% do volume era proveniente de um único país, a Inglaterra (CURADO; CRUZ, 2008).

Entre 1902 e 1914, o valor do IDE revertido na indústria de transformação quase dobrou, chegando perto dos 8%, porém ainda um valor muito baixo. O setor agroexportador ainda figurava como o principal receptor de IDE, para o qual se destinava 61,7% do total do fluxo. Isto ainda era resultado da produção de café, uma vez que a demanda internacional deste produto se apresentava em franca expansão, os investidores se viam incentivados a participar de empreendimentos que objetivavam a facilitação de sua exportação. Com isto, houve investimentos em infraestrutura, com a construção e atualização de ferrovias e portos. Ainda neste período, algumas indústrias não fizeram parte do plano dos investidores, como a de química básica, mecânica e de materiais elétricos.

De 1914 a 1933, se manteve a supremacia do nível de investimentos ingleses na atividade cafeeira brasileira. O *Crack* da Bolsa de Valores teve impacto mundial amealhou o capital internacional. O ponto relevante deste período foi o aumento da participação dos Estados Unidos da América (EUA) no valor total do IDE recebido

pelo Brasil. O foco do capital americano divergiu daquele do capital inglês, sendo direcionado a atividades industriais e serviços públicos. Apesar de o Brasil ter registrado um baixo nível de entrada de capitais estrangeiros, estes foram importantes para o desenvolvimento de algumas indústrias, tais como a de processamento de carnes, de fósforo, de lâmpadas elétricas e de cimento (CURADO; CRUZ, 2008).

3.2 INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA – 1933-1955

O próximo período de análise é o da Industrialização Restringida, que vai de 1933 a 1955. Neste período, o valor do fluxo de IDE para o Brasil passa a seguir o ritmo do percorrido pelo valor investido na indústria nacional.

Entre 1933 a 1939, a lógica predominante foi a da estratégia de diversificação industrial. No entanto, devido a 2ª Guerra Mundial, entre 1939 a 1945, e também ainda aos efeitos do *Crack* da Bolsa americana, estes fatores geraram instabilidade política e financeira mundiais, o capital estrangeiro encolhendo ainda mais o IDE e o tornando escasso. A situação voltaria a se tornar favorável apenas a partir de 1945, período pós-guerra.

A hegemonia conquistada pelos EUA no cenário político internacional, fica comprovada pela avaliação do valor IDE recebido deste país pelo Brasil e os demais países, subindo a cada nova pesquisa.

Avaliando o período como um todo, infere-se que os principais setores a que se destinaram os capitais estrangeiros foram: produtos metálicos, minerais não metálicos (cimento e vidro), papel, equipamentos industriais, tecidos sintéticos e indústria química em geral. Estes setores passaram a constituir pólos de atração de IDE, demonstrando que os interesses estrangeiros no país tinham ultrapassado definitivamente os limites das atividades extrativas e mercantis. No entanto, de acordo com um estudo de dados do período, pode-se afirmar que o capital originário por IDE's teve papel secundário para o desenvolvimento econômico nacional, se comparado com a importância de capitais nacionais, privados e estatais. Isto aconteceu em grande medida devido ao redirecionamento dos investimentos privados pela vertiginosa queda na demanda internacional de café – resultado do *Crack* da Bolsa Americana de 1929 - e pela política de incentivos ao

desenvolvimento industrial nacional promovido no governo de Getúlio Vargas (CURADO; CRUZ, 2008).

3.3 INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA – 1955-1980

No período da Industrialização Pesada, que vai de 1955 a 1980, o IDE foi de fundamental importância para o processo de industrialização do país.

Até então, a soma histórica do IDE contabilizava US\$350 milhões. Durante este período a situação mudou. No decênio 1951-1960, esse valor mais do que triplicou, atingindo US\$1,1 bilhão. Apesar disto, o Brasil ainda ocupava posição marginal na recepção internacional de IDE, no entanto, esta elevação caracterizou o primeiro *boom* no fluxo de capitais estrangeiros para o país direcionados à matriz produtiva.

Analisando dados do decênio seguinte, entre 1961-1970, o valor acumulado mais do que dobrou em relação ao anterior, alcançando US\$2,48 bilhões. E entre 1971-1980, atingiu US\$9,48 bilhões. A tabela 1 apresenta a participação dos 10 principais setores no total de estoque de IDE entre 1950 e 1979. Pode-se perceber que a cada período, aumenta a concentração em torno de produtos que demandam maiores conhecimentos e tecnologia, caso de algumas indústrias de transformação: produtos químicos básicos, mecânica e de material elétrico e comunicação, que juntos recebiam 30,58% do total de IDE captado pelo Brasil em 1979.

Existem dois fatores que explicam esta elevação no fluxo do IDE e sua concentração na indústria de transformação. O primeiro deles é o papel dos EUA na economia internacional após o término da Segunda Guerra de líder político e motor da recuperação da economia mundial. Ainda no contexto nacional, o capital americano foi de fundamental importância para o processo de industrialização da economia. Foi o país que apresentou maior volume de IDE direcionado ao Brasil durante o período da Industrialização Restringida. No decênio entre 1961-1970, representava mais de um terço do fluxo, quase 37,5%, sendo que, excluindo o dado acumulado até 1950, outros países atingiram no máximo 17,51% do total de IDE captado pelo Brasil, caso da Alemanha entre 1961-1970. A tabela 2 introduz a evolução do *share* de origem do influxo de IDE para o Brasil, dentro do recorte temporal avaliado. A concentração dos fluxos de IDE na indústria de transformação

é explicada pela replicação em escala global por parte dos EUA de seu modelo industrial.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO DOS 10 PRINCIPAIS SETORES NO TOTAL DE ESTOQUE DE IDE NO BRASIL ENTRE 1950 E 1979

DÉCADA	SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)	DÉCADA	SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)
1950	Energia Elétrica	27,10	1960	Indústria Automobilística	11,40
	Petróleo	12,90		Petróleo	11,00
	Bancos	6,90		Produtos Químicos	10,80
	Produtos Químicos	5,90		Metalurgia	5,40
	Alimentos	5,60		Alimentos	5,00
	Aparelhos Eletrônicos	4,90		Farmacêuticos	4,50
	Indústria Automobilística	3,20		Aparelhos Eletrônicos	4,30
	Metalurgia	2,40		Siderurgia	3,60
	Cimento	2,30		Atividades Comerciais	3,30
	Farmacêuticos	1,50		Autopeças	2,80
DÉCADA	SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)	DÉCADA	SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)
1970	Indústria Automobilística	11,50	1979	Produtos Químicos Básicos	11,38
	Produtos Químicos Básicos	10,90		Mecânica	10,41
	Petróleo	6,00		Material Elétrico e Comunica	8,79
	Aparelhos Eletrônicos	5,90		Metalurgia	8,67
	Metalurgia	5,50		Veículos Automotores	8,50
	Farmacêuticos	4,80		Produtos Minerais, farmacêuticos e veterinários	4,01
	Serviços Liberais	4,60		Autopeças	3,10
	Energia Elétrica	4,40		Indústria Extrativa Mineral	2,80
	Alimentos	3,70		Siderurgia	2,70
	Máquinas para Indústria	3,40		Produtos Alimentares	2,60

FONTE: CURADO E CRUZ (2008)

O segundo fator foi a atuação do Plano de Metas a partir de 1955, que tinha como objetivo o desenvolvimento da base industrial brasileira. Neste período, foram direcionadas grandes quantidades de capital estatal e privado nacionais, para o desenvolvimento e consolidação de indústrias. Paralelamente, o mundo vivia um cenário de crescimento econômico acelerado e de liquidez financeira das chamadas “décadas de ouro do capitalismo”.

TABELA 2 - PAÍS DE ORIGEM DOS IDE'S PARA O BRASIL EM (%)

PAÍS	ATÉ 1950	1951-1960	1961-1969	ACUMULADO ATÉ 1979
EUA	29,25	37,15	27,89	28,00
CANADÁ	28,80	5,80	5,60	4,00
REINO UNIDO	11,08	6,60	4,34	5,70
SUIÇA	7,80	14,29	11,12	11,60
ITÁLIA	2,60	0,50	3,40	1,50
FRANÇA	2,20	4,13	5,05	4,20
HOLANDA	1,50	1,70	4,43	2,10
JAPÃO	0,43	2,70	3,00	10,00
ALEMANHA	N.D	13,08	17,51	15,10
TOTAL DO GRUPO	83,66	85,95	82,34	82,20

FONTE: CURADO E CRUZ (2008)

O aumento massivo da entrada de IDE no Brasil foi fruto de dois fatores, das citadas décadas de ouro e a adoção de políticas favoráveis à entrada de capitais estrangeiros – sendo o alto endividamento a principal delas (CURADO; CRUZ, 2008).

3.4 DÉCADA DE 1980 – DÉCADA PERDIDA

Enquanto durante os anos da década de 1970 o Brasil viveu os anos do “Milagre Econômico”, entre 1968 e 1973, em que o crescimento econômico foi extremamente elevado e o PIB se multiplicou em quase 6 vezes, de US\$ 42,32bi em 1970, para US\$ 225bi em 1980, o mesmo não se pode dizer dos anos 1980.

No início dos anos 1980, os EUA sofriam com uma recessão, como resultado do Segundo Choque do Petróleo ocorrido em 1979, que duraria até 1982. Esta recessão trouxe aumento de juros no mercado internacional, atingindo 18,03% em 1980 (CERQUEIRA, 1997), causando uma falta de liquidez generalizada.

Analisando dados sobre o IDE captado pelo Brasil na primeira metade desta década, percebe-se que apresentou acima do valor de 1979 apenas em 1982. Um dado que ratifica o fraco crescimento econômico internacional, é o crescimento do PIB mundial, que entre 1980-85, cresceu 13,18%, no entanto abarcando todo o período, de 1980 a 1990, apresentou crescimento de 99,41% (Banco Mundial), dobrando, portanto.

Durante a década, no Brasil, houve a explosão da dívida externa pública, que mais do que dobrou, de US\$ 41,8bi em dez/1981 para US\$ 89,5bi em dez/1989, fazendo com que o país adotasse o auxílio do Fundo Monetário Internacional a partir de 1981 (CERQUEIRA, 1997).

Na segunda metade da década, a atividade econômica voltou a esquentar. A taxa de juros internacional retornou a níveis regulares, de 6,23% em 1986 (CERQUEIRA, 1997). O comércio mundial voltou a crescer e a liquidez passou a se fazer presente.

No contexto interno, na segunda metade desta década, o Brasil colocou em prática três planos econômicos. O primeiro deles foi o Plano Cruzado, em 1986, com medidas que contemplavam congelamento de preços e salários, reforma monetária – de cruzeiro para cruzado, e criação de um gatilho salarial que ajustava automaticamente os pagamentos assim que a inflação atingisse 20% no mês.

Somado a todo contexto que já estava negativo, houve ainda a crise da dívida brasileira, devido declaração da moratória em 1987.

Neste mesmo ano, entra em ação o segundo plano econômico da década, o Plano Bresser, que trouxe um novo congelamento de preços e salários, e outras medidas como a criação de uma tabela de referência para o reajuste desses valores – a URP. O principal problema era o déficit público, o governo estava gastando mais do que arrecadava, por isso o gatilho salarial estabelecido durante o plano anterior foi suspenso. Outra suspensão foi a do calote da dívida, episódio que já tinha prejudicado a credibilidade do país internacionalmente – e que assim se manteria pelo menos até o início do decênio seguinte.

O último dos três planos da década é o Plano Verão, lançado pelo sucessor de Bresser Pereira, Mailson da Nóbrega, onde as principais ações foram alterar o rendimento da caderneta de poupança para baixo mediante o nível de inflação verificado, um novo congelamento de preços e salários, nova mudança de padrão monetário – de cruzado para cruzado novo (inicialmente com paridade atrelada ao dólar) – e a exclusão da OTN. A alteração do rendimento da poupança provocou perdas para os credores das cadernetas.

Todos os planos apresentaram medidas semelhantes, e não atingiram o objetivo de estabilização econômica e de combate a inflação. Durante os anos 1980, a inflação atingiria índices elevadíssimos, se tornando uma inflação inercial, o índice mais baixo da década foi verificado no ano de 1986, em 65,04%, o valor mais alto atingiria 1.782,85% em 1989 (IGP-DI, 2012).

Na segunda metade da década, o valor de IDE captado pelo Brasil se apresentou acima do valor de 1979 apenas em 1988. Diversos países aproveitaram o momento para aumentar seu *share* de participação no recebimento de capitais estrangeiros, principalmente os países em desenvolvimento. Este não foi o caso do Brasil, que no início da década desfrutava da 6ª colocação no ranking de países receptores de IDE, mas no final do decênio caiu para a 13ª posição. Em 1980, o fluxo de capital para o Brasil foi de US\$ 1,9bi, valor que subiria para US\$ 2,1bi em 1994 (UNCTAD, 2004). Apesar do aumento em termos absolutos, a participação brasileira caiu principalmente se considerarmos que o México, em 1980, recebia US\$ 2bi e em 1994 recebeu US\$11bi (UNCTAD, 2004b).

A tabela 3 apresenta a gradual perda de importância do Brasil no recebimento de IDE em relação a outros países latinos, dados a partir de 1977 até 1992.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO FLUXO DE INVESTIMENTO DIRETO TOTAL ENTRE 1976-1992

PAÍS	1978-1980	1982-1985	1986-1990	1991-1992
ARGENTINA	0,72	0,98	0,58	2,11
BRASIL	5,18	3,31	1,51	0,91
CHILE	0,40	0,60	0,51	0,62
MÉXICO	1,86	2,49	2,06	4,07
TOTAL	8,26	7,38	4,65	7,72

FONTE: BIELSCHOWSKY E STUMPO (1995)

Em suma, o grande fluxo de capitais que rondou o mundo nos anos que vão de 1985-90, não foi aproveitado pelo Brasil para o desenvolvimento da indústria interna e de competitividade, devido a problemas como alta inflação, desconfiança causada pela sequência de planos econômicos mal sucedidos, incerteza política e a existência de vários outros países em melhores condições que as do Brasil.

4. PANORAMA ECONOMICO NACIONAL NO INÍCIO DOS ANOS 90

A seguir, é feita a apresentação dos acontecimentos - Planos e Crises econômicas - que tiveram influência sobre o fluxo de IDE para o Brasil durante a década de 1990, como se relacionam, e em que medida impactaram sobre o fluxo.

Na primeira parte, é feita a descrição da política macroeconômica do país no início dos anos 1990 e o Plano Collor.

Na segunda parte, é apresentado o ajuste interno e as políticas macroeconômicas do Plano Real, a influência da liquidez do mercado internacional sobre o fluxo de IDE para o Brasil é abordada em tópico especial, assim como o Tratado de Assunção e o Mercosul. Todas as crises econômicas que ocorreram a partir de 1994, e nos anos seguintes, também são abordadas em tópicos especiais: a mexicana, a russa, a asiática e a brasileira. Com isto, em cada tópico são apresentados os acontecimentos de importância sobre o influxo de IDE no Brasil, nos anos que vão de 1994 a 1999.

4.1. PLANO COLLOR

O Brasil saíra da década de 1980 em uma situação econômica adversa.-A chamada “década perdida” obteve um crescimento pífio, nos anos 1980, o PIB cresceu 54% enquanto nos 1970, 380% (FRANCO, 2000). Nessa década, o país ainda assistia o fenômeno da hiperinflação, que apenas em dois anos, 1989 e 1990, somou mais de 3.000,00% (IGP-DI, 2012), o que corroeu a renda das pessoas e afetou hábitos de consumo e poupança.

Os planos de recuperação econômica da década de 80 - Cruzado, Bresser e Verão - com medidas como congelamento e indexação de preços e mudança de padrão monetário, não alcançaram a regularização da economia, pelo contrário, só vieram a deteriorar ainda mais a situação do país.

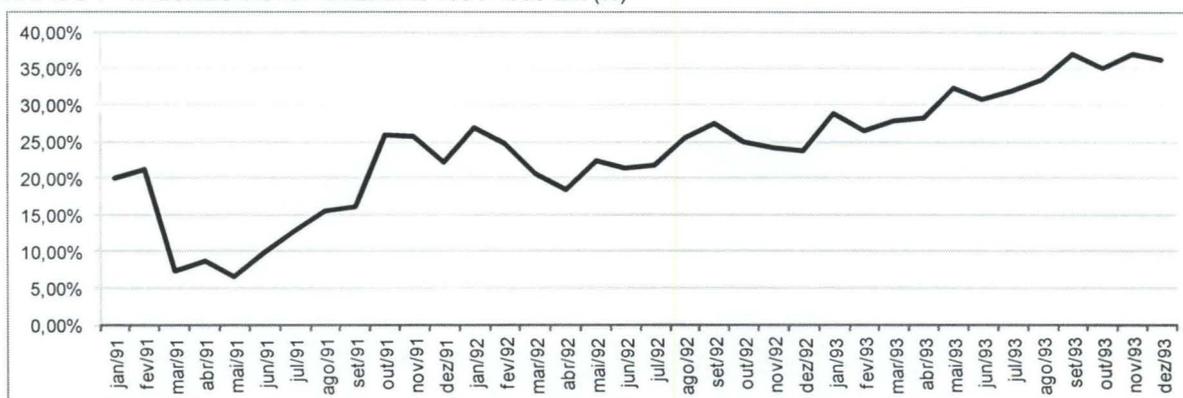
No início da década dos anos 1990, a economia nacional era fechada ao capital externo, com um nível de produtividade interna baixa, que cresceu negativamente, uma média de 2,21% ao ano (BACHA; BONELLI, 2001) nos anos 1980, não fazendo frente aos produtos estrangeiros. O dado mais representativo deste período é o da entrada de capitais externos, de apenas US\$ 989 milhões em 1990 (BACEN), inferior ao valor recebido do final dos anos da década de 1970.

Uma mudança de postura viria a tomar forma a partir de março de 1990, com o Plano Collor (Collor I e II, e Marcílio). Este Plano teve atuação prática a partir de 16 de março de 1990, até julho de 1993, e foi de fundamental importância para que a economia nacional esboçasse uma recuperação.

A abertura comercial foi incentivada neste período, com medidas como a extinção das barreiras não tarifárias e dos regimes especiais de importação, causando uma reação em cadeia: os oligopólios de mercado que haviam se formado durante os anos anteriores não mais desfrutaram de uma situação favorável. Isto incentivou a atividade de importação de produtos e serviços, atuando como uma motivação para o desenvolvimento das indústrias e do setor de serviços internos. O empresariado nacional sofreu um choque com a concorrência vinda do exterior.

Este plano contemplou uma reforma monetária, com uma nova mudança de padrão monetário, de cruzeiro para cruzeiro novo, visando trazer segurança e estabilidade aos preços e eliminar a hiperinflação. No período mar-jun/1991, meses de início da atuação do Plano, o IGP-DI manteve-se abaixo de 10%, índice baixo ao se analisar o contexto do período, porém alto em relação ao padrão externo. Isto animou a população, que acreditava estar saindo de uma situação difícil, porém nos meses posteriores voltou a subir e se manteve em alta. A inflação acumulada no ano de 1993 atingiu 2.708,39% (IGP-DI, 2012). A evolução da inflação entre 1991 e 1993 é apresentada no gráfico 1.

GRÁFICO 1 - VALORES DO IGP-DI ENTRE 1991-1993 EM (%)



FONTE: IGP-DI

No campo fiscal, diversas medidas foram implementadas simultaneamente: reforma da tarifa aduaneira para controle das importações, indexação de impostos e congelamento de preços e salários (VILLELA, 1997). Houve a eliminação de

incentivos para a importação, exportação e agricultura. E também, a elevação nos preços dos serviços públicos como gás, energia elétrica, e outros que resultaram em maior arrecadação ao governo.

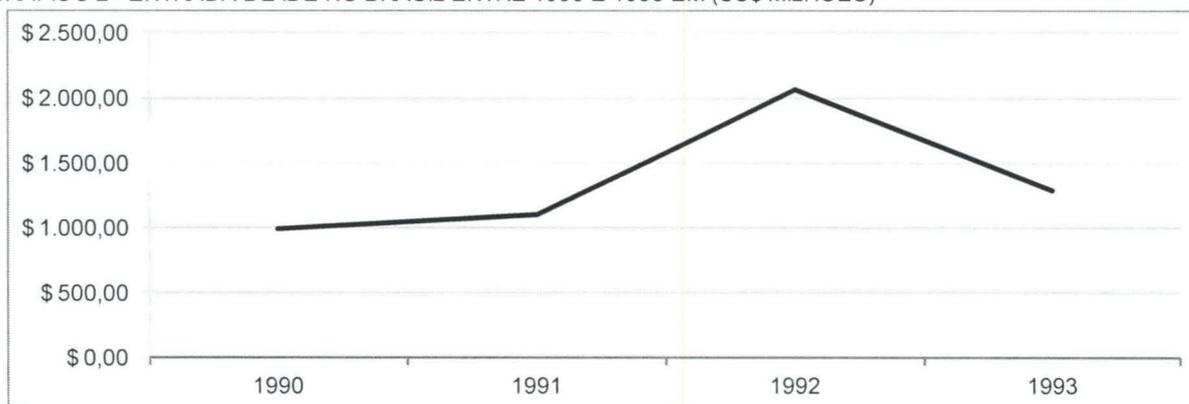
O governo demonstrou suas intenções de retorno ao jogo do mercado internacional, ao realizar novo empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), encerrando a crise do calote de 1987. No entanto, o passivo externo nacional estava elevado, US\$ 123.910,40 milhões em 1990 (BACEN, 2012). O Plano Nacional de Desestatização (PND) promoveu a privatização das empresas estatais e atraiu o capital estrangeiro. Porém, esteve longe de atingir o que almejava, das 68 empresas que deveriam passar pelo processo de privatização, apenas 18 o foram efetivamente.

De volta a 1990, ano anterior ao Plano Collor, o influxo de IDE para o Brasil foi de apenas US\$ 989mi. Nos anos seguintes apresentou irregularidade, tendendo a alta. Em 1991, ano de lançamento do Plano e aplicação de sua reforma econômica, aumentou 11%, para US\$ 1,102bi. No ano de 1992, quase dobrou em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 2,061bi, um aumento de 87%. Porém, em 1993, o influxo regrediu algo em torno de 38%, indo a US\$ 1,192bi. O influxo de IDE entre 1990 e 1993, é apresentado no gráfico 2. Acredita-se que este crescimento negativo, é devido a situação adversa da economia brasileira no período, com a continuidade da hiperinflação, o confisco das poupanças como medida emergencial para redução de consumo e combate à inflação e o *impeachment* sofrido por Fernando Collor. Por tudo isto, o Plano ficou desacreditado e não concretizou seus objetivos, impactando indiretamente a entrada de IDE.

Neste período, diversas estatais foram privatizadas, algumas delas seguindo ordem temporal: Usiminas em 1991, Fósferil e Acesita em 1992, CSN e AÇOMINAS, em 1993. As entradas provenientes de privatizações contribuíram positivamente sobre o fluxo de IDE para o Brasil, em 1993, representaram 48,3% do total de entradas.

Sobre o país de origem destes investimentos, em 1990, os capitais originados de países desenvolvidos representavam 92% do total, enquanto a parcela vinda de países em desenvolvimento era de apenas 8%; com Alemanha, Canadá, Estados

GRÁFICO 2 - ENTRADA DE IDE NO BRASIL ENTRE 1990 E 1993 EM (US\$ MILHÕES)



FONTE: UNCTAD (2004a)

Unidos e Japão sendo os maiores investidores individuais. No ano seguinte, iniciou a atuação do Plano Collor, com as medidas implementadas, veio consigo um aumento da entrada de capitais externos. Em 1993, ano de queda do Plano, já se configurava uma nova realidade. Em primeiro lugar, apesar de metade do valor do influxo ser proveniente das operações de fusões e aquisições, foi 25% maior do que o apurado em 1990. O grosso do investimento continuou proveniente de países desenvolvidos, porém sua representatividade caiu de 92% para 68%. Por outro lado, o valor proveniente de países em desenvolvimento se multiplicou por cinco, cuja representatividade subiu de 8% para 30% do influxo. O valor originado dos países da União Europeia somado aos EUA, representava mais de 2/3 das entradas. Dentro da UE, o destaque foi a ampliação dos investimento do Reino Unido, com US\$ 214,4mi, a relação com o Japão zerou e o valor investido pela Alemanha caiu a 10% do valor de 1990. Pode-se observar na tabela 4 a evolução da representatividade dos países no influxo de IDE para o Brasil (UNCTAD, 2004a).

TABELA 4 - PAÍS DE ORIGEM DOS IDE'S PARA O BRASIL EM (US\$ MILHÕES)

PAÍS	1990	1991	1992	1993
ALEMANHA	103,40	35,20	53,10	16,20
CANADÁ	356,90	8,60	115,70	-4,60
EUA	144,50	461,50	1008,80	472,50
JAPÃO	164,70	163,80	51,20	-2,60
REINO UNIDO	90,20	-14,80	214,40	153,20
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	73,20	90,00	388,40	394,00

FONTE: UNCTAD (2004a)

A respeito do estoque de IDE na economia brasileira, o valor se manteve estável entre 1990-93, com leve queda de US\$ 37bi para US\$ 35bi (UNCTAD, 2004a). Este foi o mesmo ritmo seguido pelo PIB nacional, no mesmo período o valor caiu de US\$ 462bi para US\$ 438bi (BANCO MUNDIAL).

O Plano Collor não atingiu a regularização da inflação, que com os anos precedentes havia se tornado hiperinflação. Com isto, a população e o empresariado sofriam com a perda de valor de seu dinheiro. A negociação da dívida externa não avançou muito e a produção interna estancou. Porém, pode-se titular o Plano Collor como iniciador de um processo de mudança no panorama macroeconômico, que incentivou a abertura econômica que, somado a diversos outros fatores internos e externos, viria a atuar junto ao plano que o sucedeu, o Plano Real.

4.2. PLANO REAL

O embrião do Plano Real entraria em ação logo depois da queda do governo Collor. Teve início a partir de 27 de fevereiro de 1994.

O Plano Real possuía como principal objetivo a estabilização econômica, que ainda sofria os efeitos da hiperinflação que não tinha sido eliminada com sucesso pelo Plano Collor. Apesar de ter esmaecido por breves períodos, o índice permaneceu alto, sendo que os mais prejudicados foram aqueles que não possuíam conta em banco, que viam seu dinheiro desvalorizar dia a dia.

Outro ponto negativo era a confiança do mercado internacional na economia brasileira, que após o calote dos juros da dívida em 1987 havia perdido o que lhe restava de credibilidade – o calote duraria até 1990, no entanto a desconfiança perduraria. Com este panorama vigente, o Plano Real buscava atingir a segurança monetária e posterior recuperação de credibilidade no mercado internacional.

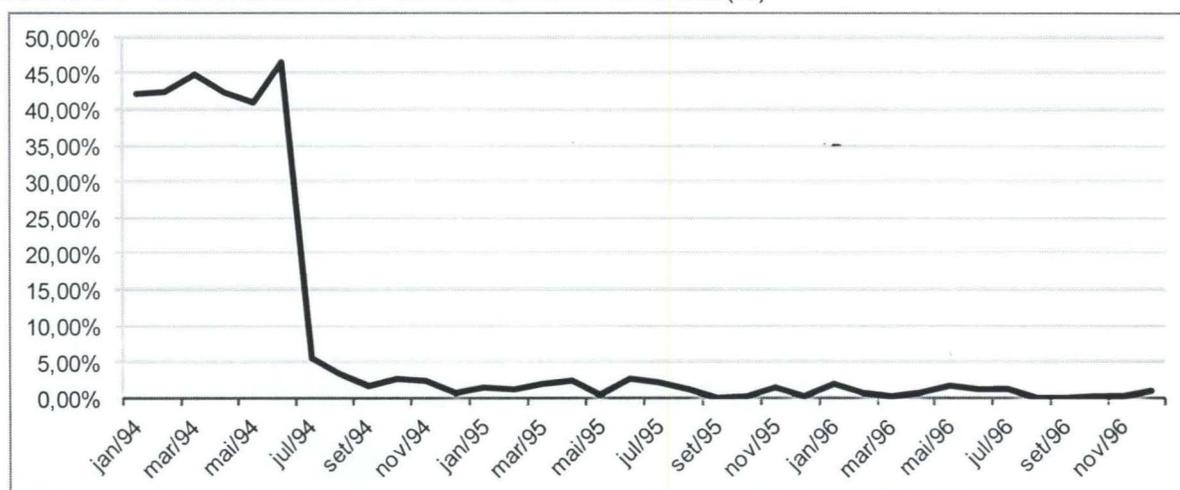
As medidas macroeconômicas do Plano Real seguiram algumas linhas do plano que o precedeu. Desta forma, houve a continuidade e acirramento do processo de privatização das empresas estatais e redução da folha de pagamentos. Com as contas do governo controladas, foi renovado o fôlego para investimento. Houve também a continuidade do processo de eliminação das barreiras ao comércio e à entrada de capitais (SAYAD, 1996).

No plano da política monetária, aconteceu mais uma mudança de padrão monetário, em um processo de três etapas (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1994):

1. Equilíbrio das contas públicas: diminuindo custos e aumentando a receita do setor, como citado anteriormente;
2. Criação da Unidade Real de Valor (URV): buscava estabelecer e manter o poder de compra da população até o lançamento da nova moeda, vigorou entre março e julho de 1994;
3. E a implementação de nova unidade de valor, o Real, em 1º de julho de 1994.

Desde o início, o Real teve sua paridade atrelada ao Dólar, uma moeda forte e estável, e com isso, de uma hora para outra, a economia nacional passou a desfrutar de nova situação. Os resultados dos índices de inflação nos meses seguintes ao lançamento do Real apontaram queda vertiginosa, em jun/1994, mês anterior ao lançamento da nova moeda, foi de 46,58%, no mês após o lançamento foi a 5,47% e se manteve baixo no período seguinte (IGP-DI, 2012). No entanto, o índice ainda se apresentava alto em comparação ao padrão internacional (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - VALORES DO IGP-DI ENTRE 1994-1996 EM (%)



FONTE: IGP-DI

Outro resultado imediato do Plano Real foi a mudança de panorama da política cambial, com a moeda estável e a derrubada das barreiras de importação os incentivos para importar foram ampliados - impostos sobre importações caíram para menos da metade, de 32,1% em 1990 para 13,1% em 1995 (AVERBUG, 1994). O nível de preços internos era alto e a qualidade dos produtos produzidos no Brasil era inferior se comparados com os do exterior, com isto as importações aumentaram instantaneamente. Confrontando dados sobre importação do ano anterior e posterior ao lançamento do Plano, percebe-se uma elevação, de US\$ 25,48bi para US\$

49,85bi, ou seja, quase dobrou em apenas dois anos. A balança comercial que apresentava superávit de US\$ 13,11bi passou a apresentar déficit de US\$ 3,35bi, tendência que se manteve nos anos seguintes (AVERBUG, 1994). O processo de abertura se intensificou, dando continuidade e aumentando o incentivo para desenvolvimento da atividade produtiva interna brasileira.

Em 1994, o Brasil era um país com uma moeda nova e de futuro incerto aos olhos do mercado internacional. Um dos principais pontos negativos deste período de lançamento do Plano Real foi o de que o Brasil, visto a desconfiança em torno do país, teve de fazer uso de uma taxa de juros elevada para atrair os capitais necessários para sustentação do Plano Real, isto principalmente a partir de 1997, quando a Crise Asiática amealhou o capital internacional, o que fez com que a taxa de juros atingisse pico no valor de 45,67% em outubro daquele ano (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012), dando oportunidade para a entrada de capitais especulativos. Neste período, o passivo do país aumentou, mas, no entanto, a taxa de juros em patamar alto serviu como incentivo para redução do consumo e controle da inflação, que ainda ameaçava o país.

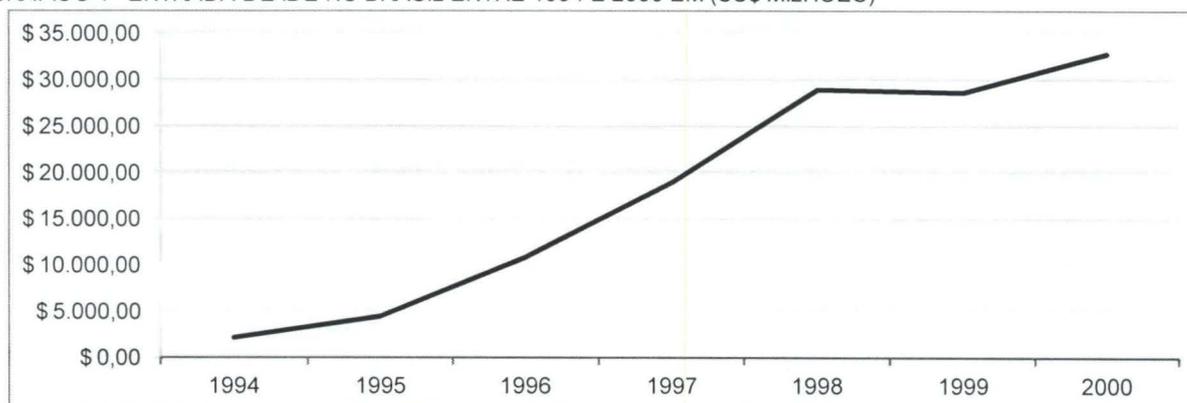
Estas foram as medidas macroeconômicas implementadas pelo Plano Real que impactaram a entrada de IDE durante a década de 1990.

No âmbito do influxo de IDE para o país, avaliando dados do BACEN dos anos de 1994 e 2000, infere-se que o valor cresceu vigorosamente, na verdade mais do que decuplicou. Ainda em 1994, o valor foi de US\$ 2,150bi, no ano 2000, o influxo de IDE para o Brasil apresentou valor de US\$ 32,779bi. A evolução do influxo de IDE no país entre 1994 e 2000 é apresentada no gráfico 4. Entretanto, essa evolução se deu de maneira irregular. A esta irregularidade podem-se apontar algumas hipóteses. A primeira delas é a respeito do tempo necessário à maturação das medidas macroeconômicas do Plano Real, como a derrubada das barreiras a entrada de capitais, programa de privatização, reforma monetária e a nova situação cambial, com um contexto econômico estável investidores e empresas direcionariam esforços para atuarem no Brasil. A segunda hipótese é devida à situação econômica vigente no mundo, de liquidez. A terceira hipótese é motivada pelas crises da economia internacional a partir de 1994, cada qual com prejuízos para os países em que aconteceram e resultados sobre a economia internacional.

O valor do fluxo de IDE para o Brasil em 1994, representou um aumento de 66% em relação ao ano anterior. Já em 1995, foi de US\$ 4,405bi, ou seja, mais do

que dobrou em relação ao valor de 1994. Nos anos de 1996, 1997 e 1998, seguiu a tendência de aumento. Em 1999, se manteve estável e voltou a crescer em 2000.

GRÁFICO 4 - ENTRADA DE IDE NO BRASIL ENTRE 1994 E 2000 EM (US\$ MILHÕES)



FONTE: UNCTAD (2004a)

Analisando a destinação destes capitais entre 1996 e 2000, alguns dados merecem destaque. O valor destinado a indústria de mineração extrativa cresceu quase nove vezes, para a indústria química e de produtos químicos cresceu quase seis vezes, para a de produtos metálicos quase três vezes, de maquinário e equipamentos mais de três vezes. Para a indústria de elétricos e materiais elétricos cresceu mais de sete vezes, a de motores mecânicos e componentes quatro vezes e a de armazenamento, transporte e comunicações treze vezes. Os serviços financeiros avançaram onze vezes. A tabela 5 mostra este movimento.

TABELA 5 - DESTINAÇÃO DO INFLUXO IDE ENTRE SETORES ENTRE 1996 E 2000 EM (US\$ MILHÕES)

SETOR	1996	1997	1998	1999	2000
MINERAÇÃO EXTRATIVA	73	348	93	403	649
INDÚSTRIA QUÍMICA	222	368	355	1272	1118
PRODUTOS METÁLICOS	94	0	158	155	272
MAQUINÁRIO E EQUIPAMENTOS	179	207	175	87	579
ELÉTRICOS	102	344	423	1491	744
MOTORES MECÂNICOS	286	223	1151	1880	1147
COMUNICAÇÕES	819	831	2645	7920	10979
SERVIÇOS FINANCEIROS	564	1847	6439	2275	6398

FONTE: UNCTAD (2004a)

Algumas das grandes estatais foram privatizadas no período, contribuindo para o alcance destes números, foram elas: a Embraer em 1994, a Light em 1996, a Vale do Rio Doce em 1997 e a Telebrás em 1998, entre várias outras.

Avaliando a progressão do influxo de IDE para o Brasil do ponto de vista do país investidor, nota-se que houve uma mudança de panorama entre 1994-2000. Em 1994, os países desenvolvidos representavam cerca de 75% do capital externo

recebido pelo país, enquanto a parcela referente a países em desenvolvimento era de 25%. Em 2000, a participação dos desenvolvidos sobe para 77%, e a dos países em desenvolvimento cai para 9%.

Entre a participação dos desenvolvidos, a União Europeia aumentou algo em torno de 26 vezes o valor investido no Brasil, com destaque para Holanda, Portugal e Espanha; o investimento total europeu subiu de US\$ 734,2mi para US\$ 19,542bi. Por outro lado, a participação dos EUA que em 1994 representava mais de um terço das entradas, em 2000, passou a significar apenas 17%. Ainda assim, em volume, o investimento norte-americano no Brasil aumentou quatro vezes. Por isto, infere-se que, apesar do investimento dos EUA ter aumentado, o investimento de outros países cresceu muito mais.

TABELA 6 - PAÍS DE ORIGEM DOS IDE'S PARA O BRASIL EM (US\$ MILHÕES)

PAÍS	1994	1996	1997	1998	1999	2000
EUA	1476,70	1975,40	4382,30	4692,50	8087,60	5398,70
CANADÁ	21,00	118,50	66,20	278,60	445,40	192,80
HOLANDA	-63,70	526,80	1487,90	3365,00	2042,50	2228,00
PORTUGAL	65,40	202,70	681,00	1755,10	2409,40	2514,80
ESPAÑA	-3,40	586,60	545,80	5120,20	5702,20	9592,90
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	763,30	1974,60	5324,90	2562,30	2970,60	3120,50

FONTE: UNCTAD (2004a)

A partir de 1994, o estoque de IDE apenas cresceu, de US\$ 38,125bi para US\$ 196,9bi em 2000, a evolução foi drástica entre 1997-98 quando o estoque mais do que dobrou (UNCTAD, 2004a).

Em relação ao PIB, o valor também se elevou, apesar disso, este aumento foi proporcionalmente menor àquele do IDE e o estoque. Subiu de US\$ 546bi para US\$ 645bi (BANCO MUNDIAL, 2012), 18%. Em 1997, o PIB brasileiro atingiu US\$ 871bi, essa queda ocorrida entre 1997-2000, pode ser atribuída às crises econômicas vividas a partir de 1997, três delas externas e uma interna. Portanto, neste período a evolução do PIB não seguiu o ritmo do estoque de IDE, diferente do acontecido no Plano Collor.

Devido a maturação das medidas do Tratado de Assunção, o comércio com países do Mercosul aumentou, com destaque para Argentina e Uruguai.

4.3 CONTEXTO ECONÔMICO INTERNACIONAL NA PRIMEIRA METADE DOS 1990

A primeira metade da década de 1990 apresentou um contexto internacional estável, um período sem crises econômicas que viessem prejudicar a confiança externa, pelo contrário, a atividade econômica mundial apenas aumentou, entre 1994 e 1998 o valor global de IDE cresceu de US\$ 2,3tri para US\$ 4tri. A Guerra Fria havia terminado em 1990, e vigorava um contexto de confiança e calma na economia internacional. Com isto, países do primeiro ao terceiro mundo viram suas economias florescerem e o mercado consumidor mundial aumentou, assim como as oportunidades de investimento para as empresas.

A liquidez internacional verificada neste período foi fator fundamental para que o fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil evoluísse da maneira como evoluiu. Isto apesar das reformas macroeconômicas brasileiras intensas realizadas no Plano Collor implementadas no período 1990-93, e do Plano Real a partir de 1994 até o final da década.

Como visto, o influxo de IDE para o Brasil nos anos da década de 1990 cresceu, principalmente a partir da segunda metade da década. Pode-se inferir que, caso o país tivesse uma situação interna favorável e equilibrada, teria desfrutado melhor da maré de liquidez na economia internacional.

4.3.1 Tratado de Assunção e o Mercosul

O Mercado Comum do Sul, Mercosul, foi estabelecido por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em março de 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção, no Paraguai. O Mercosul configurou um mercado de livre-comércio e a adoção de uma mesma política tarifária pelos países signatários.

As relações de comércio destes países com o resto do mundo passariam a seguir uma política tarifária comum. Além disso, houve redução e eliminação das tarifas de comércio entre os próprios signatários.

O processo de adoção de uma tarifa comum sobre o comércio externo e integração econômica da área iniciou em 1991, e seria concluído apenas em 1995. Com isto, o nível de tarifas dos países signatários com o comércio externo caiu para níveis substancialmente abaixo dos verificados nos anos de 1980, e até mesmo intra-Mercosul, despencando em 95%.

Entre o período que vai de 1991-97, o comércio do Mercosul intraregionalmente e com o mundo aumentou. O comércio entre os países

signatários quase quadruplicou; as importações do grupo triplicaram e as exportações aumentaram 55% (UNCTAD, 2004a). A partir de 1996, Chile e Bolívia passariam a integrar o bloco ao negociarem algumas áreas de livre-comércio.

Em suma, pode-se dizer que o Mercosul atingiu seu objetivo, uma vez que trouxe união econômica aos países signatários estreitando seus laços, além de abrir as portas destas economias ao jogo do mercado internacional.

4.4. CRISES ECONÔMICAS QUE AFETARAM A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1990

Durante a década de 1990, quatro crises econômicas atingiram a economia mundial e tiveram resultados sobre o Brasil, uma delas interna e as outras externas. Estas crises influenciaram a evolução na entrada de IDE e resultaram em algumas mudanças na condução da política macroeconômica do país. A primeira delas foi a Crise das Reservas Internacionais do México (1994), a segunda foi a Crise Financeira da Ásia (1997), seguida pela Crise da Moratória russa (1998), e por último a Crise de Desvalorização do Real no Brasil (1999).

Os tópicos a seguir tratam as causas destas crises e trazem seus impactos sobre o fluxo de IDE para o Brasil.

4.4.1. Crise das reservas internacionais do México

Até o início dos anos 1990, o sistema financeiro mexicano servia de referência para outros países. Durante os anos 1980, o México buscou estabilizar sua economia através da ancoragem cambial e abertura comercial. A metodologia utilizada tinha como objetivo equilibrar as taxas inflação e juro internas – seguindo o que dizia o modelo *crawling peg*¹, utilizando como referência o Dólar.

No início dos 1990, a inflação verificada no México foi mais alta do que a dos EUA, e com isto, houve apreciação do Peso em relação ao Dólar, fazendo com que o nível de importações aumentasse. Isto causou déficit em conta-corrente, fazendo o

¹ *Crawling peg* é um regime de flutuação cambial onde há depreciação ou apreciação cambial mediante condições estabelecidas pelo país que o utiliza. É considerado uma forma parcial de câmbio fixo. A condição para que haja uma alteração da taxa de câmbio pode ser, por exemplo, quando o índice de inflação se apresenta alto em um país utilizado como referência. Em: Kasznar (1990, p.43).

governo ser obrigado a adquirir grandes quantidades de moeda forte para cobrir o furo. No princípio, provocou a extinção de grande parte do parque industrial mexicano, salvo alguns setores, como de cerveja e cimento.

Com a deflagração da Crise em dezembro de 1994, houve aumento do passivo internacional mexicano, que até então fora sustentado por capitais voláteis e especulativos. Neste contexto, com reservas internacionais no valor de US\$ 40 bilhões, e com um gasto para manutenção da dívida em US\$ 30 bilhões, houve o colapso das contas públicas e a rápida desvalorização da moeda – 50% em dez dias (DIEESE, 1995).

A Crise mexicana, misturada ao crescimento mediano da economia dos EUA verificado no período, influenciou o Banco Central Americano a aumentar a taxa de juros dos EUA. Isto piorou ainda mais a situação mexicana ao ocasionar uma fuga massiva de capitais do México que se destinaram aos EUA. Neste período, o nível de desemprego no México dobrou.

No contexto externo, a crise causou perdas para mercados de ações no mundo inteiro e forçou um aumento da taxa de juros de diversos países, expondo problemas de solvibilidade de instituições financeiras ao redor do globo.

Em 1994, o Brasil ainda sofria com os resultados do Plano Collor e estava colhendo os primeiros frutos do Plano Real, até ali animadores. A Crise do México trouxe tensão à economia mundial, com o aumento da taxa de juros dos EUA, o investimento internacional se voltou para o país e o Brasil viu diante de si a possibilidade de não ser foco do capital estrangeiro, mesmo apresentando um panorama econômico de recente estabilidade. Este foi um dos motivos para que a taxa interna de juros viesse a subir no período seguinte. Apesar disso, o influxo de IDE para o Brasil entre 1994 e 1995 cresceu, de US\$ 2,150bi para US\$4,450bi (UNCTAD, 2004a).

4.4.2. Crise financeira da Ásia

A Ásia, reconhecida até 1997 pelo surgimento de seus tigres, com economias sustentáveis, em crescimento e transmissores de confiança aos investidores, passou por uma crise financeira que abalou a economia internacional.

A crise atingiu cinco países, Coréia do Sul, Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas, e todos os países sofreram com impactos nos setores financeiro e cambial.

Teve início logo após o governo tailandês ter anunciado o câmbio flutuante em julho de 1997. Com esta medida, houve uma queda instantânea de 15% no valor da moeda do país. Em pouco menos de dois meses, Filipinas, Malásia e Indonésia desistiram de proteger suas moedas. Pouco depois, foi a Coreia do Sul, que viu sua moeda se desvalorizar 25% em um mês. A crise respingou até em países que não estavam envolvidos, caso de Taiwan e Cingapura, que também sofreram depreciação cambial.

Com medo de uma fuga massiva de capitais, em todos os países foram adotadas ações para que isto não acontecesse. A dívida coreana em porcentagem do PIB cresceu de 17,3% em 1997, para 41% em 1999. No entanto, o mercado internacional estava desconfiado demais para fornecer o capital necessário a recuperação. O passivo externo rapidamente se tornou insustentável. Sem reservas internacionais, os tigres não conseguiriam se recuperar de maneira independente.

Com o agravamento da situação, uma crise que parecia ser regional, se alastrou para o restante das economias da Ásia e do mundo. Diversos países viram seus mercados de ações despencarem.

Houve queda do PIB dos Tigres Asiáticos. Entre 1997-98, o PIB da Coreia do Sul caiu 8%, o PIB tailandês perdeu 10% e o da Malásia perdeu em torno de 10%. A Indonésia foi o país mais intensamente afetado, com perda de 15% do PIB.

Em relação ao IDE, houve inversão da tendência vigente até então de entrada para saída de investimentos. Em 1996, a Ásia recebeu US\$ 93bi em IDE, enquanto em 1997, o fluxo ficou negativo em US\$ 12bi.

A recuperação só iniciaria a partir de 1998, puxada por uma política de endividamento público e aumento massivo das exportações. Os saldos comerciais possibilitaram o pagamento de dívidas e impediram uma retração ainda maior do crédito, mantendo o consumo (CANUTO, 2000).

A Crise Asiática viria a revelar problemas financeiros de outros países e catalisar as crises da moratória russa e de desvalorização do real no Brasil que aconteceriam a seguir.

4.4.3. Moratória da Rússia

Em agosto de 1998, foi a crise da moratória russa que atingiu a economia mundial. A origem desta crise remonta à transição entre uma economia planificada,

caso da Rússia quando ainda União Soviética, para uma economia de mercado.

Durante os anos 1970, o modelo econômico russo planejado já apresentava sinais de esgotamento. No entanto, o aumento de preço das *commodities* e do petróleo, principais produtos de exportação do país, foram capazes de colocar isto em segundo plano.

Nos anos 1980, entrou em ação a *Perestroika*, um plano de transição de economia planejada para uma economia de mercado, que fracassou devido a queda na demanda internacional de *commodities* e petróleo e outros fatores políticos. Com isto, a economia russa entrou em colapso.

No início dos anos 1990, toda a situação foi piorada com a desintegração territorial e a queda da União Soviética. Logo após esta desintegração, o governo forçou um choque de mercado visando à transição econômica, que, no entanto, acabou agravando ainda mais a situação, pois o país não foi capaz de colocar em prática uma reestruturação produtiva, nem mesmo implementar novos setores. Milhares de empresas encerraram as atividades. Com isto, o desemprego aumentou rapidamente, atingindo 15% da população, de forma que 30 milhões de russos passaram a viver abaixo da linha da pobreza. O crescimento do PIB foi negativo, acompanhado por altas taxas de inflação.

A dívida externa russa apenas aumentou ano a ano a partir de 1991. Ainda como efeito da crise asiática, em 1997, investidores internacionais estavam fora do mercado, minando o capital de crédito.

Outros pontos importantes para que a crise acontecesse foram a situação climática vivida pelo país em 1998 e a queda no preço das *commodities*, ambos os fatores acarretaram um encolhimento dramático da colheita e queda das exportações do país neste ano.

Sem crédito para honrar dívidas de curto e longo prazo e com uma balança comercial deficitária, o país se viu obrigado a declarar a moratória. A situação se tornou caótica, foram registradas altas taxas de desemprego e inflação. Com as colheitas de *commodities* prejudicadas, a fome assolou a população. No mês seguinte a deflagração da crise, o nível de preços ao consumidor subiu 43% e o índice de inflação atingiu 40%. Em 1998, o PIB da Rússia foi de 2,75bi de Rublos, 31% abaixo do valor de 1991, ano da desintegração territorial.

Seu resultado sobre a economia internacional foi o de prolongar o período de precaução por parte dos investidores internacionais, isto também como efeito da

crise asiática. Forçou diversos países a tomar medidas para atração de capitais. A crise teve mais impacto sobre economias em transição dependentes da Rússia, principalmente a Ucrânia, atingindo com força também República Checa, Hungria e Polônia, cujas economias passaram pelos mesmos estágios da Rússia com alguns meses de retardo (LUÍS, 1998).

4.4.4. Desvalorização do real no Brasil

O contexto da economia brasileira em 1999 era de juros altos, câmbio semifixo sobrevalorizado e alta dívida externa, frutos da implementação do Plano Real, que acabou com as barreiras à entrada de capitais estrangeiros e estabilizou a moeda nacional, facilitando a importação em detrimento das exportações.

A princípio, a política de endividamento, de desvalorização gradualista do real e a alta taxa de juros conseguiu manter a entrada necessária de capitais estrangeiros para que o balanço de pagamentos se mantivesse estável. No entanto, a dívida pública saltou de 26% do PIB em 1994, para 42% em 1999, e com a queda no preço das *commodities*, foram verificados déficits na balança comercial, de US\$ 7bi apenas em 1998 (AVERBUG; GIAMBIAGI, 2000).

As crises internacionais ainda recentes, Asiática e Russa, afetavam a economia internacional. Neste contexto, a situação foi se deteriorando mês a mês durante 1998. Entre março e setembro, o país perdeu US\$ 30bi dos US\$ 75bi que possuía em reservas internacionais. Para manter a política de desvalorização gradualista da moeda, seria necessário ter a entrada esperada de capitais estrangeiros e exportações elevadas. Uma vez que o capital estrangeiro estava acanhado devido às crises anteriores, isto não se verificou.

Dois fatos combinados representaram o golpe de misericórdia ao desencadear a crise. O país estava em conversa final com o FMI para aprovação de um pacote de recuperação. No entanto, em janeiro de 1999, o novo governo do Estado de Minas Gerais assumiu, iniciando a gestão com a aplicação de um *default* temporário de sua dívida com o Governo Federal. Este acontecimento em si não teve grande impacto sobre as contas nacionais. Porém, o “calote” da dívida mineira foi encarado com desconfiança pelos investidores internacionais, que se lembraram do calote aplicado pelo Brasil durante os 1980 e se mantiveram afastados.

A situação brasileira se revelou frágil, com a escassez de crédito e uma credibilidade extremamente baixa, a crise se tornou realidade em janeiro de 1999. A moeda nacional perdeu valor rapidamente, entre janeiro e março, o valor de compra do dólar subiu de R\$/US\$ 1,21 para R\$/US\$ 2,16 (AVERBUG; GIAMBIAGI, 2002).

Em comparação as crises acontecidas no México, na Ásia e na Rússia, era de se esperar que o país apresentasse uma quebra no PIB e que o índice de inflação subisse sobremaneira. No entanto o que aconteceu foi diferente, o PIB cresceu pouco, e a inflação anual se manteve abaixo de uma cifra de 2 dígitos, subindo mais de 1% em apenas dois meses de 1999. Porque o panorama esperado não se efetivou? A primeira forma de explicar isto é que, uma vez que o Brasil possuía uma reserva internacional relativamente elevada, tinha alguma margem de manobra, este não era o caso mexicano, por exemplo. A segunda forma é entendendo que a produção nacional passava por um momento de baixa, de maneira que a crise não afetou a produção da forma como atingiu as empresas asiáticas no momento de crise, em momento de produção elevada. A terceira é que, ao manter os juros extremamente elevados, o governo mostrou sua intenção de manter a economia estável, evitando a inflação, porém pagando com um aumento brutal da dívida externa do país. Em último lugar, o seguimento da política das metas de inflação se mostrou excelente no sentido do governo mostrar aos investidores internacionais que desejava manter a inflação em níveis aceitáveis (AVERBUG, A; GIAMBIAGI, F, 2002).

Internamente, o país viu sua dívida se elevar, os importadores foram prejudicados e a carga tributária cresceu. Por outro lado, após a crise houve controle do crescimento da dívida, estabilização da balança comercial e incentivo ainda maior para o desenvolvimento industrial interno, que viria a se concretizar em maior produção nos anos seguintes.

5. ESTUDO DO IMPACTO DA ENTRADA DE IDE NO PAÍS DURANTE OS ANOS 1990

De acordo com o que foi apresentado até aqui, aconteceu uma mudança no panorama de entrada de IDE no Brasil que vigorava até o início dos anos 1990. O fluxo que se apresentava extremamente baixo no início da década, com valores semelhantes a finais dos 1970, se elevou sobremaneira. Atingiu em 2000, um valor em torno de 33 vezes o de 1990. Em 2000, o Brasil ocupou a 5ª posição mundial, 2ª entre os países em desenvolvimento e a 1ª na América do Sul em se tratando do recebimento de IDE. Em 1999, o país foi destino de 4,5% do fluxo mundial de IDE (ALVES; RIBEIRO, 2003).

O panorama político também mudou. Um país que era extremamente fechado ao capital internacional se tornou aberto, a hiperinflação foi controlada, o volume de importações e exportações aumentou. No entanto, qual foi o papel real deste aumento de IDE sobre a economia nacional? E quais foram as implicações das políticas adotadas para que este aumento fosse verificado?

Nesta seção, será feita uma análise do impacto do aumento massivo na entrada de IDE sobre a economia brasileira nos anos 1990, sob os pontos de vista da produtividade, criação de empregos, PIB e infraestrutura produtiva, bem como o papel dos governos, Collor e Fernando Henrique Cardoso, e o impacto das políticas adotadas.

5.1. RESULTADOS DO IDE SOBRE A ECONOMIA NACIONAL

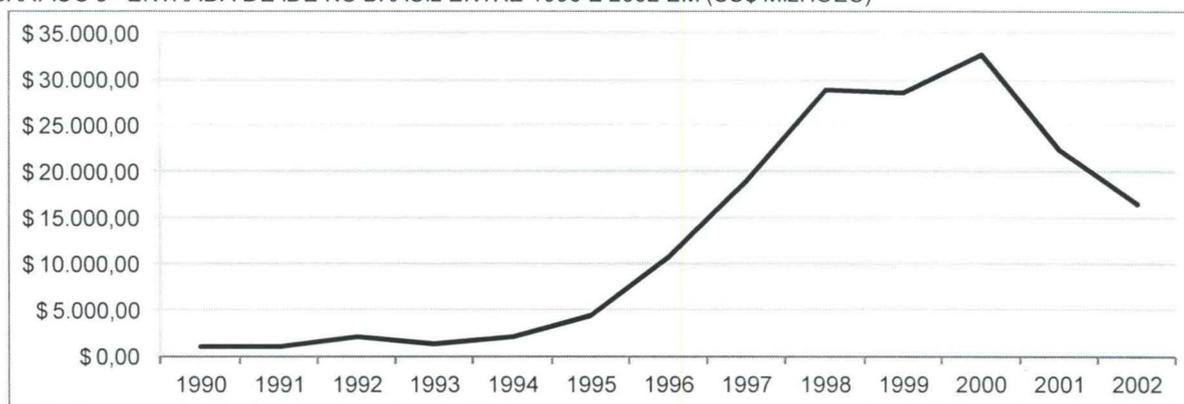
Durante os anos da década de 1990, o Brasil se tornou um dos principais receptores de IDE globalmente, em alguns momentos com valores semelhantes a China (ALVES; RIBEIRO, 2003). No que se refere ao destino destes capitais internamente, principalmente a partir da segunda metade da década, já sobre influência do Plano Real, a maioria dos capitais que adentraram o país foram destinados a F&A (fusões e aquisições) e as privatizações das estatais brasileiras.

As principais companhias estatais nacionais foram negociadas e passaram a ser controladas por grupos estrangeiros. Entre 1996 e 2000, período de acirramento do processo de privatizações, uma média de 65% do influxo de IDE foi destinado a este tipo de investimento. Não se pode negar o papel deste capital ao auxiliar no

pagamento das dívidas do país, principalmente em um período de crises externas. No entanto, não se pode dizer que o aumento do IDE estava diretamente relacionado sobre aquele verificado no PIB.

Estava exposto então, que este aumento do influxo de IDE para o Brasil estava atrelado ao processo de privatização, não sendo algo sustentável, podia perder força com o esgotamento das privatizações. Foi o que se verificou nos anos seguintes. O valor do influxo de IDE apresentou ápice em 1998, ano auge da captação de investimentos pelas privatizações, porém caiu nos anos seguintes, porém tendeu a queda nos anos seguinte, excluindo o valor de 2000. No gráfico 5 consta o movimento do influxo de IDE entre 1990 e 2002.

GRÁFICO 5 - ENTRADA DE IDE NO BRASIL ENTRE 1990 E 2002 EM (US\$ MILHÕES)



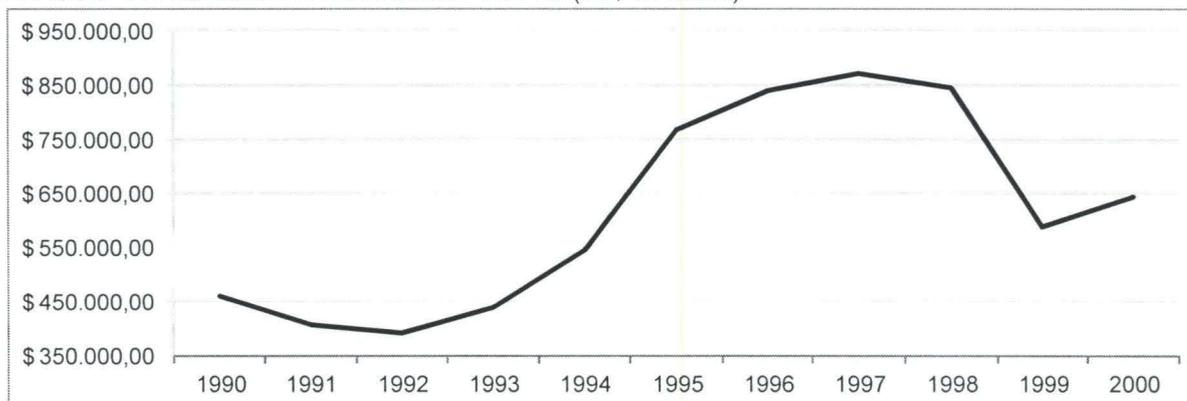
FONTE: UNCTAD (2004a)

Sob o ponto de vista dos empregos, no mesmo período, avaliando o número de empregados das companhias estrangeiras advindas das principais economias globais, vemos que apesar do IDE ter aumentando de maneira exuberante, tal movimento não foi seguido pelo número de empregos criados por estas companhias. De 808,2 mil empregados em 1990, o número caiu para 700,3 mil em 2000 (UNCTAD, 2004a). Os dados sugerem que os investimentos externos não foram direcionados ao aumento da matriz produtiva, mas sim para a compra e reestruturação ativos existentes. Ainda assim, ao diminuir o capital das F&A e das privatizações, do valor total do influxo de IDE, percebe-se que o valor aumentou.

Entre 1990-1994, o PIB caiu, e voltou a crescer apenas em 1994. Entre 1994-1998, cresceu 59,4%, de US\$ 546,2bi para US\$ 871,2bi (BANCO MUNDIAL, 2012). No entanto, devido a diversos fatores externos, principalmente, e internos, em menor medida, voltou a cair nos anos seguintes, fechando 1999 em um valor semelhante

ao de 1994. A evolução do PIB brasileiro na década de 1990 é representada no gráfico 6.

GRÁFICO 6 - PIB DO BRASIL NA DÉCADA DE 1990 EM (US\$ MILHÕES)



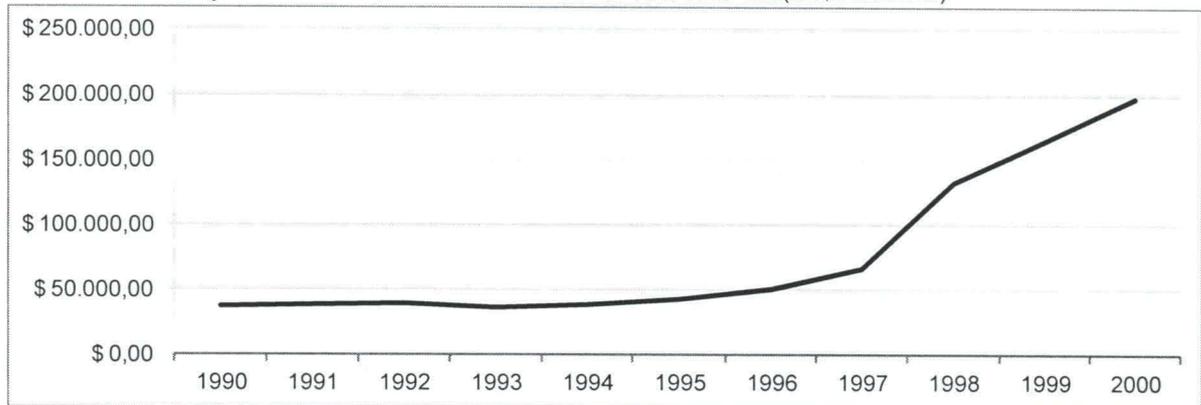
FONTE: BANCO MUNDIAL

Neste período, foi pontuada uma elevação na internacionalização produtiva do Brasil, no entanto, o que deveria representar uma maior razão de comércio com outras economias, principalmente exportações, se mostrou, pelo contrário, um fator restritivo. As empresas que adentraram o país se concentraram na produção, visando satisfazer uma demanda interna reprimida. As multinacionais que adentraram o país investiram maciçamente na importação de maquinário para atender a produção interna. A população, que agora tinha maior poder de compra e uma condição de câmbio favorável, se ocupou em comprar produtos importados de maior qualidade em detrimento aos nacionais de baixa qualidade e preço elevado. O estoque de IDE do país subiu rapidamente, principalmente a partir da segunda metade da década, quase quintuplicou entre 1995 e 2000, indo de US\$ 42bi a US\$ 196bi, acompanhe a evolução no gráfico 7.

Entre 1990 e 2000, as vendas das EMN no Brasil quase dobraram (LAPLANE; SARTI, 2002). Em 2000, das 500 maiores empresas no Brasil, 46% eram pertencentes a estrangeiros, as quais representavam um total de 56% do faturamento, 49% das exportações e 67,2% das importações.

O capital estrangeiro, que até a primeira metade da década tinha se direcionado principalmente para a indústria, na segunda metade ampliou sua participação no setor de serviços. Os setores eletricidade, gás e água, correio e telecomunicações, transações financeiras e outros foram inundados por empresas

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE IDE NA DÉCADA DE 1990 EM (US\$ MILHÕES)



FONTE: UNCTAD (2004)

estrangeiras. Em relação à indústria, não houve êxito semelhante. Até 1995, o estoque de IDE acumulado na indústria representava 55,7% do total e o de serviços 43,4%. Entre 1996 e 2000, a tendência se inverteu, a indústria passou a representar 18% do influxo e o de serviços 80,3%, este movimento se apresenta na figura 1.

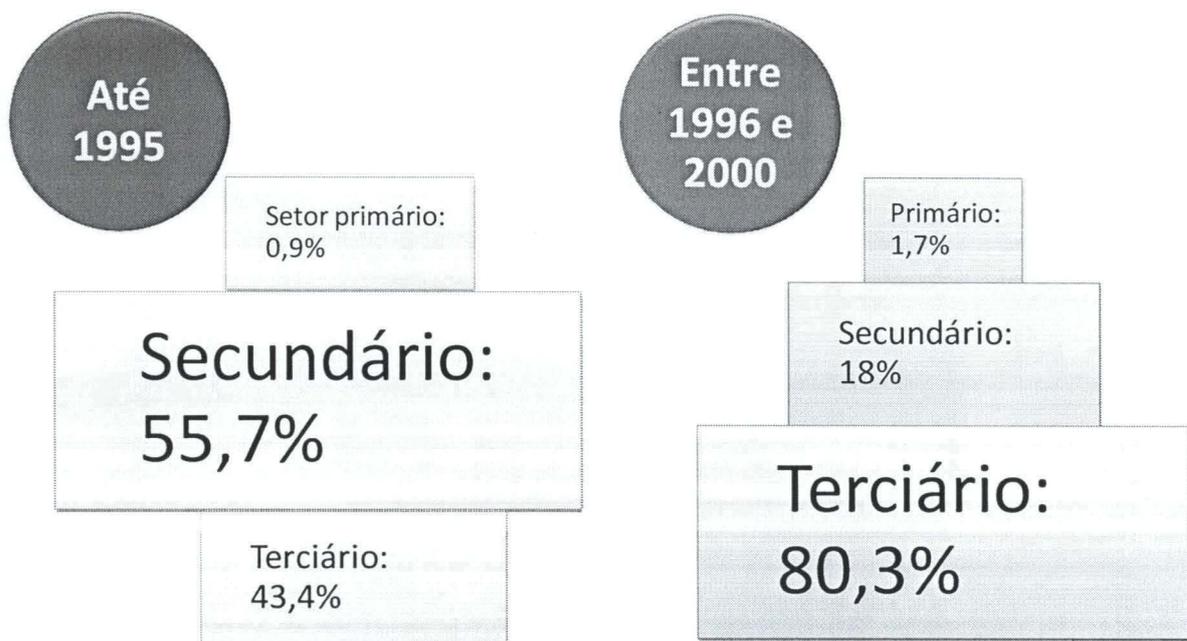


FIGURA 1: ESTOQUE DE IDE POR SETOR, COMPARATIVO ENTRE O VALOR ACUMULADO ATÉ 1995 E O PERÍODO 1996-2000
FONTE: LAPLANE E SARTI (2002)

Com a instalação das multinacionais no país e o início das operações, os lucros começaram a surgir, assim como as importações cresceram acentuadamente, o mesmo foi verificado em relação às remessas de lucros e dividendos ao exterior. A partir de 1995, o valor apenas aumentou, o montante total foi de US\$ 2,5bi naquele ano, atingindo um valor de US\$ 5,1bi em 1998. Portanto, um montante de valor elevado, fruto do trabalho interno, foi destinado a outros países.

Durante os anos 1990, as exportações não aumentaram como se esperava, isto também como efeito das crises econômicas mexicana, asiática e russa que fizeram com que o crédito internacional e a demanda por produtos escasseassem internacionalmente a partir da segunda metade da década.

Com tudo isto, pode-se dizer que grande parte deste IDE que adentrou o Brasil, representou a compra de empresas estatais, de uma estrutura existente que passou às mãos do capital estrangeiro. Até o início dos anos 1990, a indústria interna era a principal fornecedora interna, porém argumenta-se que isto era resultado de uma economia fechada. Com o início do processo de abertura com o Plano Collor e sua intensificação no Plano Real, os produtos internos passaram a concorrer com seus pares estrangeiros, perdendo em muitos aspectos.

Durante a década, a produtividade da indústria nacional aumentou, como resultado da atração de EMN's, que consigo trouxeram modos de produção diferenciados, mas mesmo assim, a indústria nacional não conseguia concorrer com os produtos vindos do exterior. A situação se agravou com um câmbio que favorecia as importações até 1999. Desta forma, veio a luz o fato de que o atrofamento da produtividade interna, como resultado de anos fechamento econômico à entrada de capitais e produtos vindos do exterior não seria facilmente revertido.

A Produtividade Total dos Fatores, que entre 1980-91 teve uma quebra, em média de 2,21% ao ano, nos anos 1990 voltou a crescer, entre 1991-2000, principalmente a partir de 1993, apresentou crescimento médio de 1,73% ao ano. Sendo os setores de maior destaque a metalurgia, material elétrico e de comunicações, material de transporte, papel e papelão, química e vestuário, calçados e artefatos de tecido. Vários destes setores passaram pelo processo de privatização (BACHA; BONELLI, 2001).

6. CONCLUSÃO

Com a revisão histórica do influxo de IDE para o Brasil a partir da segunda metade do séc. XIX, mostrou-se que até o período da industrialização restringida, os investimentos estrangeiros, em grande medida, foram direcionados à atividade agroexportadora nacional e que, apenas depois disso, passaram a se direcionar à atividade industrial do país.

Elucidaram-se os acontecimentos que determinaram o pífio crescimento econômico e o quase total fechamento ao capital estrangeiro nos anos 1980. O PIB apresentou quebra, a inflação estava descontrolada, houve calote da dívida externa e o valor dos IDE's que adentraram o país no período foram extremamente baixos.

Durante os anos 1990, o Investimento Direto Estrangeiro no Brasil cresceu sobremaneira. O valor que se apresentava baixo em fins dos anos 1980, iniciou uma trajetória ascendente a partir do governo Collor. O plano aplicado entre 1991 e 1993, não viria a atingir a regularização econômica, entretanto, desencadeou um processo de abertura econômica que se acirraria nos anos seguintes.

Em 1994, ainda em um contexto macroeconômico interno adverso, o Plano Real foi implementado, trazendo nova mudança de padrão monetário sob um olhar desconfiado da população. Este plano alcançou o objetivo de estabilização da economia nacional. Em um curto período, a inflação que assolava a população havia décadas foi controlada. O processo de privatizações foi plenamente posto em prática e o país se tornou aberto ao capital estrangeiro.

A expectativa era a de que, então, o país se tornasse um dos principais exportadores mundiais, porém, o que se viu foi o contrário. Com a eliminação dos subsídios sobre as exportações e redução da carga tributária incidente nas importações, os superávits da balança comercial se transformaram em déficits. A indústria nacional passou por um choque externo, sendo que o incremento da produção verificado foi destinado à satisfação de uma demanda interna reprimida. Com isto, a produtividade dos fatores cresceu de maneira elevada durante toda a década.

Durante a implementação do Plano Real, ainda na primeira metade da década, a economia internacional passava por um momento de tranquilidade e liquidez, o qual foi importante para o sucesso do plano e para o avanço do processo de privatizações. Contudo, na segunda metade da década, com o advento de crises

econômicas externas e interna, a situação internacional deteriorou. Neste período conturbado para o mercado internacional, ano a ano as principais estatais do país foram privatizadas, cristalizando altos superávits que auxiliaram no pagamento dos vencimentos do país, equilibrando os déficits da balança comercial. O preço pago para manter a recente estabilização econômica foi uma elevação brutal na dívida externa.

O índice de internacionalização da economia brasileira aumentou e os IDE's que se direcionavam até então ao segundo setor, passaram a se direcionar aos setores de serviços e financeiro, seguindo uma tendência internacional dos países desenvolvidos.

O ponto negativo desta entrada de capitais estrangeiros reside na constatação de que não aconteceu por meio de um processo sustentável, estando atrelado ao processo de privatizações. Os capitais estrangeiros que se destinaram à atividades industriais não foram revertidos para a ampliação da matriz produtiva. Grande parte destes investimentos se destinou ao processo de privatizações. O número de empregos criados não cresceu de acordo com o volume dos investimentos.

Apesar do ponto negativo, houve aspectos positivos desta entrada massiva de capitais estrangeiros. Os capitais que adentraram o país foram positivos ao trazer consigo métodos de produção atualizados e com isto resolver de alguma maneira o *gap* de produtividade, tanto ao auxiliarem no equilíbrio das contas nacionais em um período de desgaste no mercado internacional, quanto ao concretizar uma nova posição do país em relação ao exterior.

REFERÊNCIAS

ALVES, C.L.B; RIBEIRO, E.R. **Globalização produtiva: o investimento direto estrangeiro (IDE) para a economia brasileira nos anos 90.** Pesquisa e Debate. São Paulo, 2003. v.14. n.2(24). p. 5-25.

AVERBUG, A; GIAMBIAGI, F. **Textos para discussão: nº 77.** BNDES. Rio de Janeiro, 2000. 40 pg.

AVERBUG, A. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90.** In, A Economia Brasileira nos Anos 90 – Organizado por Giambiagi, F. e Moreira, M. M., Rio de Janeiro, 1999. BNDES, 1ª edição.

BACHA, E; BONELLI, R. **Crescimento e produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo.** Rio de Janeiro: maio de 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Série histórica da dívida pública – 1971 - 2009,** 2012. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18/10/2010.

BRESSER, L.C. **A crise do estado: ensaios sobre a crise brasileira.** In: FERNANDES, A.J.; PAIS, C. (Org.). **A economia brasileira na década de 80: conseqüências da crise da dívida externa, inflação e crise de estado.** Aveiro, 2001. p. 1-17. Disponível em: <<http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Fernandes%20onInflama%C3%A7%C3%A3o.PDF>>. Acesso em: 26/04/2012.

BIELSCHOWSKY, R; STUMPO, G. **Empresas transnacionais e mudanças estruturais na indústria da Argentina, Brasil, Chile e México,** 1995. Revista da CEPAL. n. 55.

CANUTO, O. **A crise asiática e seus desdobramentos.** Revista econômica, 2000. v.2 n.4. p. 1-9.

CERQUEIRA, C. **Dívida Externa Brasileira, processo negocial: 1983-1996.** BACEN, 1997. Brasília. p. 141;144.

CURADO, M; CRUZ, M. **Investimento direto externo e industrialização no Brasil.** Revista Economia Contemporânea, 2008. Rio de Janeiro, v.12, n.3, p. 399-431. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n3/01>>. Acesso em: 01/03/2012.

DENISIA, V. **Foreign Direct Investment Theories: an overview of the main fdi theories.** European Journal of Interdisciplinary Studies, 2010. Disponível em: <<http://www.ejist.ro/EJIS%20-%203%20-%2053-59.pdf>>. Acesso em: 23/03/2012.

DIEESE. **A crise mexicana e a economia da América Latina,** 1995. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/real/cjufev95.xml>>. Acesso em: 25/02/2012.

DUNNING, J. H. **The eclectic (OLI) paradigm of international production: past, present and future.** International journal of the economic business, 2001. v.8, n.2, p. 173-190.

DUNNING, J. H. **Re-evaluating the benefits of foreign direct investment.** Transnational Corporations, 1994 v.3, n.1. p. 1-39.

FRANCO, G.H.B. **A década perdida e a das reformas**, 2000. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a48.htm>>. Acesso em: 23/05/2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Índice geral de preços – disponibilidade interna.** Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/igp.htm>>. Acesso em: 12/10/2012.

KASZNAR, K. I. **Finanças internacionais para bancos e indústrias**, 1990. 1ª ed. IBMEC, Rio de Janeiro. pg. 43.

KRUGMAN, P.R.; OBSTEFELD, M. **Economia internacional: teoria e política.** 6. ed. reimp. São Paulo: Pearson, 2007. ps. 49-66; 119-138.

LAPLANE, M.; SARTI, F. **Investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990.** Economia e Sociedade, 2002. Campinas. v.11. n.1(18). p. 63-94.

LAPLANE, M.; SARTI, F. **Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90.** imp. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999. p. 12-18.

LUÍS, A.L.M. **A crise financeira na Rússia**, 1998. Disponível em: <http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_1998_I3.pdf>. Acesso em: 25/10/2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Histórico da taxa de juros.** Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 20/10/2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Medida Provisória da Terceira Fase do Plano Real.** Brasília, 1994. 34 p.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **O investimento direto estrangeiro.** Brasília. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/IDE/IDEBrasilIrlanda/ide.htm>>. Acesso em: 20/09/2012.

NONNENBERG, M; MENDONCA, M. **Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento.** Estudos Econômicos. v.35, n.4, p. 632-636. São Paulo: IPEA, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v35n4/v35n4a02.pdf>>. Acesso em: 26/01/2012.

SALVATORE, D. **Economia internacional.** 6. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. p. 19-23; 99-101.

SAYAD, J. **Observações sobre o plano real**. Estabilização Econômica, 1996, São Paulo. n. 25. p. 7-24.

UNCTAD. **FDI profile**: Brasil, 2004. New York: United Nations, 2004a. Disponível em: < http://unctad.org/Sections/dite_fdistat/docs/wid_cp_br_en.pdf>. Acesso em: 20/02/2012.

UNCTAD. **FDI Profile**: México, 2004. New York: United Nations, 2004b. Disponível em: < http://archive.unctad.org/sections/dite_fdistat/docs/wid_cp_mx_en.pdf>. Acesso em: 20/02/2012.

UNCTAD. **Regionalism and south-south cooperation**: the case of Mercosur and India. São Paulo, 2004c, 11ª sessão. p. 4-10.

UNCTAD. **World investment report (WIR), 1996**. New York: United Nations, 1996. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir1996_en.pdf>. Acesso em: 25/09/2012.

UM sistema em transição. **Globo News Milênio**. Rio de Janeiro: Globo, 15/02/2012. Entrevista com Immanuel Wallerstein.

VILLELA, A. **The Collor plan and the industrial and foreign trade policy (PICE), 1990-92**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997. 24 p.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century. Nova York: Academic Press, 1976, p. 229-233.